TERÇA-FEIRA ■ MACEIÓ - ALAGOAS - 8 DE ABRIL DE 2025 - Nº 4.841 - R$ 4,00

JORGRAF

TRIBUNA INDEPENDENTE

tribunahoje.com

SENADO

CCJ discute redução da jornada de trabalho de 44 para 36 horas

Começa hoje no Senado a discussão da proposta que reduz a jornada de trabalho de 44 para 36 horas, equivalente a 6 horas diárias de trabalho. Líderes de trabalhadores e da classse patronal, além de estudiosos do tema, vão participar. A expectativa é de aprovação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). **PÁGINA 7**

PAULÃO

"Deputados do Partido Liberal boicotam projeto que evita perda de vagas na Câmara e na ALE"



O deputado federal Paulão (PT) acusou ontem parlamentares do Partido Liberal (PL) de obstruírem pautas de grande importância para a nação e estados, entre elas a que impede a redução de vagas da bancada alagoana na Câmara dos Deputados (uma vaga) e na Assembleia Legislava de Alagoas (três vagas). Se nenhuma medida for tomada pelo Congresso até 30 de junho, a perda das vagas será concretizada. **PÁGINA 3**

JHC anuncia evento junino e confronta MP/AL e Defensoria

Órgão pedem que Justiça impeça gastos com festejos enquanto não houver segurança no trasporte escolar

Apesar do Ministério Público de Alagoas e a Defensoria Pública do Estado terem ido à Justiça para proibir a Prefeitura de Maceió de usar qualquer verba municipal em publicidade, propaganda ou festividades, o prefeito JHC anunciou que vai lançar a programação do que ele chamou de "Maior São João do Litoral do Brasil". Os pedidos do MP/AL e DP/AL estão em Ação Civil Pública para garantir transporte escolar seguro para estudantes da rede municipal de ensino de Maceió. O processo tramita no TJ/AL desde abril de 2024 e teve a primeira decisão em fevereiro passado, dando prazo de 15 dias para regularização da oferta dos transportes dentro das normas, mas o município ainda não cumpriu. **PÁGINA 2**



SEGURANÇA

PC prende suspeito de integrar grupo de encapuzados do Benedito Bentes

PÁGINA 10

ADAILSON CALHEIROS



SAÚDE

Novo Hospital Sanatório deverá ficar pronto até o mês de dezembro

PÁGINA 9

SELMA BRITTO

Governador recebe premiação hoje à noite em solenidade no Hotel Jatiúca

PÁGINA 10

Governo do Estado nega que esteja negociando acordo com a Braskem

EDILSON OMENA / ARQUIVO



Bairros do Mutange e Pinheiro desapareceram do mapa devido ao afundamento de terra provocado pela extração predatória de sal-gema pela Braskem. Até hoje ninguém foi preso ou processado

O governo estadual negou ontem à **Tribuna** que esteja negociando um acordo com a Braskem para buscar ressarcimento do prejuízo causado pela mineradora. Segundo a Procuradoria Geral do Estado, a única negociação é a que envolve o novo hospital psiquiátrico Portugal Ramalho, que deverá se mudar para Jaraguá. "Qualquer pedido de reparação, ocorre apenas em tramitação judicial", informou. Outra contestação veio do Movimento das Vítimas da Braskem, sobre a participação da petroquímica no PIB alagoano. "Gira apenas em torno de 2% porque a empresa tem incentivos fiscais", disse Elias Fragoso, economista integrante do movimento. **PÁGINA 5**


sDoc
JORNAL TRIBUNA INDEPENDENTE
Assinado de forma digital por: JORGRAF-Coop. De Prod. E Trab. De Jornalistas e Gráficos do Estado de Alagoas – Tribuna Independente – CNPJ Nº 08.951.056/0001-33 – José Paulo Gabriel dos Santos – CPF Nº 087.567.594-87


Esta página faz parte da edição impressa produzida pela Tribuna Independente (JORGRAF) de circulação diária em bancas de jornais e assinantes. A autenticação deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou no domínio: www.tribunaindependente.com.br





ESPLANADA



LEANDRO MAZZINI - contato@colunaesplanada.com.br

Escolas (ex-)militares?

Um Projeto de Lei da deputada Maria do Rosário (PT-RS) ganha adesão, devagar e discreta, dos partidos de centro-esquerda, e preocupa os militares. O PL 5010/24 está na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e visa entregar a gestão dos colégios militares ao Ministério da Educação (MEC). Há um padrinho neste caso, o ex-ministro e futuro candidato a deputado federal José Dirceu, que há muitos anos fala em aproximar parte dos militares ao projeto de Estado da doutrina petista – o que, hoje, é impossível, pelo cenário sócio-político. Pelo texto, as escolas de ensinos fundamental e médio terão novas diretrizes, totalmente civis. E as de formação dos militares, como Escola de Comando do Estado Maior, a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e o famoso ITA teriam seus currículos adaptados pelo MEC. Sondado por parlamenares, o Ministério da Defesa prefere que o PL fique em "banho-maria" (sem trocadilhos, claro).

MARQUETAGEM

Políticos da bancada do Rio de Janeiro suspeitam das 10 digitais do Secom do Planalto, Sidônio Palmeira, nas críticas de Wolney Wolff, Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil, ao Governo de Cláudio Castro sobre os riscos de enchentes e desabamentos na serra fluminense com as chuvas. O Governo fez o dever de casa. Aliados de Castro lembram que é hora de união, não de ataques com viés eleitoreiro.

OPERAÇÃO TABAJARA



A decisão do Governo do Paraguai de investigar a suposta espionagem da ABIN contra diretores de Itaipu revela, segundo diplomatas, que explicações do chanceler Mauro Vieira não convenceram. Em março, o Brasil abandonou o chanceler paraguaio nas eleições para a OEA. Existe ainda briga velada na Inteligência sobre a tutela da operação tabajara: se começou no Governo Bolsonaro ou já na Era Lula da Silva III.

PLANO ELEITORAL

A despeito dos números avassaladores contra Lula da Silva III – nunca antes na História desse País o presidente teve uma rejeição de 60% - há no Palácio um otimismo de veteranos, do ponto de vista eleitoral. Um ministro vaticina: "Nos nossos Governos funciona assim: 1º ano, trabalhamos com recall da vitória; 2º ano, passamos patrol nas estradas; 3º ano, jogamos graxa de asfalto; e no 4º, começa a asfaltar de verdade".

TURMA DO QUEPE

No último domingo, encontraram-se, por acaso, num restaurante grã-fino de Brasília, o ministro da Defesa, José Múcio, o senador Hamilton Mourão (Rep-RS) e o ex-senador Romero Jucá (MDB-RR). A conversa foi amistosa. Mourão justificou com a agenda corrida em Brasília a ausência no ato de Bolsonaro na Av. Paulista. Uma curiosidade, Jucá está muito próximo da indústria armamentista, do Brasil e do exterior.

ÁREA DE (IN)SEGURANÇA

Uma jornalista que trabalha no Senado sofreu tentativa de sequestro no fim da tarde de domingo, a apenas 1 km do Palácio da Alvorada – residência oficial do presidente Lula – e já dentro do perímetro de Segurança Nacional. Ela pedalava ao crepúsculo quando foi abordada e agarrada por um bandido disfarçado de motoboy. Com rápida manobra e aos gritos de socorro, conseguiu se livrar das mãos do criminoso, que fugiu.

ESPLANADEIRA

#Pedro Duarte participa até o dia 9/4 do Congresso Global da WSA na Índia

#Juan Bender lança sábado (12) o livro "O que você ainda não sabe sobre 1964 em Brasília".

#MedQuímica de Juiz de Fora doará chocolates a instituições na Páscoa.

#OdontoCompany patrocina jogos das eliminatórias da Copa do Mundo.

#Lenarge adquire Zero Carbon Logistics e forma gigante sustentável no Brasil.

#2° edição da Ciranda Cultural chega ao DF.

Com equipe **DF, SP e Noedeste**
www.colunaesplanada.com.br
contato@colunaesplanada.com.br Twitter **@leandromazzini**

JHC anuncia evento e confronta MP

Prefeito de Maceió garante novo ano de festa junina em meio à recomendação de Ministério Público e Defensoria para evitar estes gastos

EMANUELLE VANDERLEI
COLABORADORA

Menos de uma semana depois que o Ministério Público do Estado de Alagoas (MP/AL) e a Defensoria Pública do Estado (DP/AL) entraram na justiça contra a Prefeitura de Maceió e o prefeito JHC (PL), com um pedido de proibição de utilização de qualquer verba municipal em publicidade, propaganda ou festividades, o gestor anunciou ontem em seu perfil nas redes sociais, que vai lançar a programação do que ele chamou de "Maior São João do Litoral do Brasil".

O pedido do MP Estadual e da DP/AL está ligado à Ação Civil Pública (ACP) para garantir transporte escolar seguro para estudantes da rede municipal de ensino de Maceió. Tramitando no Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ/AL) desde abril de 2024, a ação teve a primeira decisão em fevereiro deste ano, dando um prazo de 15 dias para regularizar o fornecimento dos transportes dentro das normas, sob pena de multa no valor de R$ 10 mil por cada dia de descumprimento, limitada inicialmente a R$ 1 milhão.

Mesmo com decisões judiciais já vigentes pela regularização do serviço, a prefeitura não cumpriu as determinações, expondo estudantes a riscos diários. Como não foi cumprida a primeira decisão da justiça, houve novas manifestações do MP/AL e DP/AL. Em março, mais uma decisão contrária à prefeitura foi publicada, aumentando o valor da multa de R$ 10 mil para R$ 50 mil. Ainda assim, o problema continua sem solução, segundo os autores da ação.

No dia 3 de abril, MP Estadual e Defenssoria Pública Estadual ingressaram com novo pedido de majoração da multa, mas desta vez acrescentando novas medidas. Além de pagar multa por cada dia em que não esteja regularizado o transporte, as instituições defendem que não sejam investidos recursos públicos em festas.

Como ainda não foi emitida decisão da juíza Fátima Pirauá sobre este último pedido, o investimento de recursos públicos na festa permanece dentro da legalidade. Apesar de gerar incômodo em setores da população que questionam a ausência de serviços básicos como educação enquanto tanto dinheiro é gasto em eventos festivos (em 2024, foi estimado orçamento de R$ 15 milhões).

Caso a magistrada se posicione favorável às recomendações, como já aconteceu em duas decisões neste mesmo processo em fevereiro e março desde ano, a realização de uma festa desta dimensão pode ser prejudicada, ou considerada ilegal.

OUTRA AÇÃO

O Ministério Público e a DP/AL também ajuizaram Ação Civil Pública em caráter urgente para garantir os direitos das crianças e adolescentes indígenas Warao, que estão expostos a riscos de desnutrição em Maceió. Assinada pelos promotores de Justiça Alexandra Beurlen e Alberto Tenório Vieira, e pelos defensores públicos Lucas Valença e Isaac Souto, a ação pede que o Município de Maceió forneça, de forma imediata, alimentos adequados para atender às necessidades nutricionais das crianças, garantindo a segurança alimentar.

"A insegurança alimentar de crianças e adolescentes é uma das formas mais cruéis de aniquilar o futuro de alguém, condenando-os a sequelas irreversíveis", disse a promotora Alexandra Beurlen. Também foi solicitado acompanhamento médico, psicológico e nutricional especializado para evitar danos irreversíveis à saúde.

NA JUSTIÇA

O pedido do MP Estadual e da DP/AL está ligado à Ação Civil Pública para garantir transporte escolar seguro para estudantes da rede municipal de ensino de Maceió. Tramitando no Tribunal de Justiça de Alagoas desde abril de 2024, a ação teve a primeira decisão em fevereiro deste ano, dando um prazo de 15 dias para regularizar o fornecimento dos transportes dentro das normas

NOVA AÇÃO

O Ministério Público de Alagoas e a Defensoria também ajuizaram Ação Civil Pública em caráter urgente para garantir os direitos das crianças e adolescentes indígenas Warao, que estão expostos a riscos de desnutrição em Maceió

EDILSON OMENA



Nas redes sociais, o prefeito JHC confirmou mais uma edição do São João em Maceió, um evento grandioso com diversas atrações nacionais

Câmara conclui definição de todas as comissões

EDITORIA DE POLÍTICA
COM ASSESSORIA

As Comissões de Ética, Defesa dos Direitos da Criança e Assuntos Ligados ao Servidor Público elegeram seus presidentes e vice-presidentes. Com isso, todas as comissões permanentes da Câmara Municipal de Maceió estão com o comando definido. As atas das reuniões de definição estão publicadas no Diário Oficial da última sexta-feira (4).

A Comissão de Ética Parlamentar passa a ter como presidente o vereador Davi Davino (PP), e como vice-presidente o vereador Brivaldo Marques (PL).

Para a Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, assumem como presidente e vice, respectivamente, o vereador Siderlane Mendonça (PL) e a vereadora Silvania Barbosa (Solidariedade).

E na Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público, o presidente será o vereador Jonatas Omena (PL), e o vice será o vereador Samyr Malta (Podemos).

DEMAIS COMISSÕES

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher passa a ser presidida pela vereadora Jeannyne Beltrão (PL), tendo como vice-presidente a vereadora Silvania Barbosa. Na Comissão de Defesa dos Direitos do Idoso e das Pessoas com Deficiência, a coordenação das atividades fica a cargo do vereador Eduardo Canuto (PL), sendo vice-presidente Davi Davino.

A Comissão de Fiscalização de Aplicabilidade das Leis Municipais fica sob o comando do vereador Milton Ronalsa (PSB), e do vice-presidente Aldo Loureiro (PDT).

A Comissão de Constituição Justiça e Redação Final tem como presidente Olívia Tenório e vice-presidente Leonardo Dias. Já a Comissão de Assuntos Urbanos é presidida por Marcelo Palmeira (PL) e vice-presidente Samyr Malta.

A Comissão de Educação, Cultura, Turismo e Esporte é presidida por Leonardo Dias (PL) e vice-presidente Jônatas Omena.

Comissão de Políticas Públicas de Prevenção de Violência Contra Jovens: presidente Thiago Prado e vice-presidente Kelmann Vieira (MDB). Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente: presidente Siderlane Mendonça. Comissão de Abastecimento, Indústria, Comércio e Agricultura: presidente David Empregos (União Brasil) e vice-presidente Milton Ronalsa.

Comissão Permanente de Direitos Humanos: presidente Teca Nelma e vice-presidente Jônatas Omena. Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira: presidente Samyr Malta e vice-presidente Brivaldo Marques. Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara de Maceió: presidente Rui Palmeira (PSD).

Comissão de Serviços Públicos: presidente Cal Moreira e vice-presidente Thales Diniz. Comissão de Defesa do Meio Ambiente e dos Direitos dos Animais: presidente Aldo Loureiro e vice-presidente Eduardo Canuto. Comissão de Higiene, Saúde Pública e Assistência Social: presidente Fátima Santiago e vice-presidente Zé Márcio.

TIC TAC TIC TAC

POLÍTICA, ARTES, MEMÓRIAS: O TEMPO "RUGE"!

@eniolins.tribuna.com



RUGIU COMO UM RATO, novamente, o bolsonarismo, em manifestação no domingo, 06. Convocado para reunir "um milhão", o ato em torno de Jair Messias, na Avenida Paulista, segundo o publicado pelo insuspeito Estadão, teria ajuntado um pouco menos de 45 mil extremistas. Novamente o pastor Malafaia serviu como biombo para justificar os gastos com a convocação, que desta vez teve o reforço de sete governadores de Estado. Novamente, flopou.



EMBORA O ATO NA PAULISTA tenha arrastado mais gente que o evento semelhante realizado na praia de Copacabana, em 16 de março, cujos cálculos oscilaram entre 18 mil e 30 mil presentes, há de se considerar a diferença de população entre as duas cidades – como bem lembrou o jornalista Reinaldo Azevedo, fundamentando que a manifestação paulistana foi menor que a carioca, em termos proporcionais. A cidade do Rio de Janeiro tem 6,7 milhões de viventes e a pauliceia desvairada conta com 11,5 milhões de moradores. E considerando os sete governadores engajados, aí é que flopou mesmo.

MOBILIZANDO O GROSSO DAS FORÇAS de direita, o convescote bolsonarista serviu para testar a resiliência dos extremistas do golpismo no Brasil. Apesar de fracassado do ponto de vista dos objetivos centrais de seus líderes (reunir perto de um milhão de participantes e causar impacto capaz de intimidar à Justiça e ampliar a adesão à tese da anistia no Congresso Nacional), comprovou a competitividade dessas facções delinquentes para as próximas eleições. Continuam sendo um risco à Democracia.

AINDA NO QUESITO "presença dos governadores", é importante perceber que vários destes luminares estavam no palanque para aparecer na fita ao lado do futuro condenado, torcendo pela condenação do dito cujo mito e lutando para herdar seus votos em 2026, como bem destacou o analista Ricardo Correia (no Estadão): "Depois de chamarem ataques de 8 de janeiro de 'terrorismo', 'barbárie' e 'cerceamento de direitos', Tarcísio, Zema, Caiado e Ratinho agora defendem anistia de olho em dividendos na direita em 2026". Para Correia, editor da coluna Traduzindo a Política, esses governadores, de olho em suas próprias candidaturas fazem o cálculo político que "estar no palanque é negativo e até incoerente com o que já disseram, mas serem cancelados pela máquina bolsonarista que controla a direita seria fatal para seus destinos políticos".

ROTULADA COMO "Manifestação do batom", a pândega bolsonarista na Paulista teve cenas hilárias, como um senador capixaba, trôpego, sendo arrastado por dois auxiliares, e várias brigas entre bolsonaristas. Mas o pícaro do patético daquele domingo foi o ex-capitão jair falando num idioma que ele apresentou como sendo "inglês", em palavras mais ou menos assim: "Popcorn ice cream sentenced coup d'État Brazil", e que para a revista Fórum, seus tradutores só teriam conseguido identificar três palavras: "ice cream" (sorvete), "pop corn" (pipoca) e "cup" (golpe), o que remeteria a uma dúvida: "O que será que o ex-presidente tentou dizer: que adoraria ficar em casa comendo pipoca e sorvete após aplicar um golpe de Estado? Nunca saberemos".

JAIR, O FALSO MESSIAS, segue apostando no grotesco, no bizarro, no cinismo, no escalafobético como cortina de fumaça para o cometimento de crimes ordinários (como a vinculação a milicianos, o enriquecimento inexplicável...), de atentados contra o Estado Democrático de Direito, e na defesa da impunidade absoluta para si próprio. Bufão de circo dos horrores. Mas, não é nada risível constatar que tal meliante mantenha cativa, sob sua mitologia vagabunda, parcela significativa do eleitorado brasileiro.

PL atrapalha debate sobre redução de vagas

Deputado Paulão diz que parlamentares do Partido Liberal têm obstruído pautas, entre elas, a que trata sobre perda de bancadas

THAYANNE MAGALHÃES
REPÓRTER

Um tema que avança silenciosamente em Brasília tem potencial para provocar grandes impactos em Alagoas nas eleições de 2026. A indefinição sobre uma proposta que atualiza o número de deputados federais e estaduais por estado, com base nos dados do Censo Demográfico de 2022, ameaça reduzir as bancadas alagoanas no Congresso Nacional e na Assembleia Legislativa.

Segundo estudo do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), se nenhuma medida legislativa for aprovada até o prazo final fixado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) — 30 de junho de 2025 —, Alagoas passará a contar com apenas oito deputados federais (atualmente são nove) e 24 deputados estaduais (hoje são 27). Essa possível reconfiguração preocupa representantes do estado, que alertam para o enfraquecimento da voz política de uma das unidades federativas mais vulneráveis do país.

Para o líder da bancada federal alagoana, deputado Paulão (PT), os parlamentares que integram a oposição, do Partido Liberal (PL), estão obstruindo as pautas do Legislativo, e uma das iniciativas prejudicadas é o debate sobre a perda de vagas nas bancadas estaduais.

"O projeto está paralisado e ninguém até agora fala sobre ele. Acredito que deve ser essa conjuntura, a obstrução feita pelo PL, no estilo Bolsonaro. O único projeto que teve sessão que voltou na semana passada foi o projeto da reciprocidade, que já tinha sido votado no Senado. O PL quebrou a obstrução só por causa disso. Fora isso, está tudo parado, sem notícia", disse o parlamentar em contato com a reportagem da **Tribuna Independente**.

O impasse teve início após uma Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) movida pelo governo do Pará, que questionou a desatualização na distribuição das cadeiras legislativas, hoje incompatível com o crescimento populacional de diversos estados. Em 2023, o STF acolheu o pedido e deu prazo para que o Congresso regulamente a questão. A solução apontada à época seria a apresentação de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que permitisse redistribuir os assentos parlamentares conforme os dados mais recentes do IBGE, sem prejudicar os estados que perderiam vagas.

A expectativa era que a condução do tema fosse feita por Arthur Lira (PP-AL), então presidente da Câmara dos Deputados. Com o fim de sua gestão, a tarefa passou para Hugo Motta (Republicanos-PB), atual presidente da Casa. No entanto, até agora, não houve avanço. Parlamentares relatam que as discussões sobre o tema estão travadas, ofuscadas por outras pautas e pela obstrução promovida por partidos como o PL.

Outro que se manifestou foi o deputado federal Alfredo Gaspar (União Brasil), que avalia como injusta a possibilidade de Alagoas perder representação no Congresso. "Retirar a voz política de um estado tão vulnerável é um desrespeito ao povo alagoano e compromete os esforços para atrair investimentos e reduzir desigualdades históricas. Alagoas enfrenta diariamente desafios como a pobreza, o analfabetismo e a violência. É preciso construir uma saída equilibrada e sensível, que amplie a representação sem penalizar quem mais precisa, que é o povo", declarou.

SANDRO LIMA



Deputado e líder da bancada, Paulão comentou sobre projeto de lei para evitar redução de bancadas de parlamentares na Câmara e nos estados

Bruno Toledo espera que o Congresso encontre uma solução rápida

A situação também preocupa no âmbito estadual, já que a redução atinge em três vagas na Assembleia Legislativa do Estado (ALE).

O deputado Bruno Toledo (MDB) defende que o Legislativo é essencial para o funcionamento da democracia e que uma eventual redução das cadeiras compromete a atuação do Parlamento.

"É no Poder Legislativo que se desenvolvem e se deliberam as maiores demandas da sociedade. Vejo como retrocesso para o estado essa perda. Espero que o Congresso Nacional possa encontrar uma solução para que isso seja evitado", afirmou.

A reportagem da **Tribuna Independente** quis saber, ainda, se os parlamentares em Alagoas se mobilizam de alguma forma para evitar que haja subtração no parlamento alagoano devido ao resultado do Censo Demográfico em 2022, mas até o fechamento desta edição, não houve êxito.

A indefinição tem efeitos práticos nas articulações políticas e eleitorais para 2026. Com menos vagas em disputa, aumenta o custo das campanhas e a complexidade na formação de chapas. Sem saber quantos mandatos estarão em jogo, partidos e candidatos enfrentam dificuldades para planejar a eleição de forma estratégica. Isso gera apreensão, principalmente entre as legendas menores e os parlamentares com bases eleitorais mais frágeis.

ASSESSORIA



Bruno Toledo diz que o Legislativo desenvolve ações relevantes

Pelos dados do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), as mudanças atingem diferentes estados. Enquanto alguns ganham representação — caso do Pará, que passaria de 17 para 21 deputados federais e de 41 para 45 estaduais —, outros perderiam espaço, como o Rio de Janeiro, que veria sua bancada federal cair de 46 para 42 cadeiras.

No Nordeste, além de Alagoas, também haveria perdas na Bahia, Paraíba, Pernambuco e Piauí. Já estados como Ceará e Maranhão teriam aumento no número de assentos.

O cenário, porém, permanece indefinido. Com o tempo correndo contra e os prazos do STF se aproximando, cresce a pressão para que o Congresso tome uma decisão. Caso contrário, a Justiça Eleitoral será obrigada a aplicar as mudanças automaticamente, com base nos dados populacionais, o que deve gerar ainda mais desgaste político e desequilíbrio federativo. **(T.M.)**

Hugo Motta prioriza projetos do STF e STJ

Em meio à pressão pelo projeto de anistia, presidente da Câmara adota tom conciliador

EDITORIA DE POLÍTICA
COM AGÊNCIAS

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), incluiu cinco propostas de interesse do Poder Judiciário na pauta do plenário da Casa. A escolha do que vai ser votado no plenário é do presidente. Ele ouve os líderes partidários, mas tem o poder de barrar uma matéria se não quiser colocá-la em votação.

Os textos de interesse do Judiciário entram em discussão em um momento de pressão dos deputados do PL e de parte da oposição pelo projeto que propõe anistiar os envolvidos nos ataques de 8 de janeiro. A pauta da semana na Casa, publicada na última sexta (4), tem quatro pedidos de urgência, três para projetos de autoria do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e um para uma proposta do Supremo Tribunal Federal (STF).

Todos os pedidos para acelerar as propostas são encabeçados pelo líder do Republicanos, Gilberto Abramo (MG), do mesmo partido de Motta. As urgências foram protocoladas na sexta-feira (4) e pautadas imediatamente.

DIVULGAÇÃO


Hugo Motta pautou pedidos para acelerar propostas de interesse do Judiciário e deixa PL da Anistia em espera

Isso contraria o que o presidente da Câmara tem feito até o momento no comando da Casa. Motta fez campanha prometendo evitar a votação de requerimentos de urgência no plenário, para valorizar as discussões pelas comissões temáticas.

Para os líderes partidários, a inclusão das urgências na pauta da Casa foi defendida pelo próprio presidente da Câmara.

Segundo eles, na última reunião com lideranças, Hugo Motta teria dito que a análise dos projetos havia sido pedida por representantes dos órgãos. O deputado também teria sinalizado que a urgência era necessária e que nenhuma das propostas criaria despesas.

O líder do PDT na Câmara, Mário Heringer (MG), disse que toda a discussão foi "simples". "Colocou a proposta na mesa e foi unanimemente aceita", afirmou.

"Nunca são demais os gestos políticos de boa vontade entre os Poderes. Daí, a previsão constitucional de harmonia", completou Heringer.

Em fevereiro, na sua segunda semana de trabalho à frente da Casa, Motta já havia tentado dar início à discussão das propostas dentro do colegiado de líderes da Câmara. Na ocasião, uma pauta prévia foi apresentada às lideranças com o projeto que cria cargos comissionados no Supremo.

Ao longo do encontro, ocorrido em 13 de fevereiro, representantes de partidos da oposição não concordaram com a inclusão da proposta na agenda de votações da Câmara.

Mais cedo, na manhã daquele dia, a Polícia Federal havia realizado operação contra o chefe de gabinete do deputado Afonso Motta (PDT-RS), em uma investigação sobre desvios de emendas parlamentares.

À época, deputados da oposição afirmaram que não havia "clima" algum para que essas propostas avançassem no momento. O projeto saiu, portanto, do radar — e acabou voltando nesta semana.

Outra proposta em pauta, um projeto de lei, aumenta as penas para homicídio contra integrantes do Ministério Público e da magistratura e inscreve o crime no rol dos hediondos.

O texto foi apresentado em 2015 e passou pela Câmara em agosto de 2023. Agora, volta ao plenário depois de os senadores alterarem o mérito do projeto.

OBSTRUÇÃO

O PL tem obstruído as votações na Casa e tenta reunir assinaturas para pautar a urgência da proposta da anistia. Na semana passada, no entanto, o grupo teve um revés.

A pedido de Motta, os líderes resolveram não assinar o requerimento e o líder do partido, Sóstenes Cavalcante (PL-SP), está coletando assinaturas individuais. Ele precisa de 257 apoios. Na última contagem estava em 187.

Deputados do centro e da base acreditam que propor uma anistia a condenados pelo STF abriria uma crise com o Judiciário, com repercussões na Casa.

Já parlamentares do PL e da oposição dizem que as condenações são exageradas e criticam, em especial, o ministro Alexandre de Moraes, relator das ações.

Poder Judiciário defende criação de cargos sem aumento de custos

Três dos quatro requerimentos pedem urgência na Câmara dos Deputados para projetos de autoria do Superior Tribunal de Justiça (STJ), e uma proposta enviada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) ao Congresso.

Um dos textos apresentados pelo STJ trata da criação de 63 novas vagas para o cargo de Analista Judiciário dentro do quadro de funcionários efetivos do próprio Tribunal. Essas vagas, segundo o projeto, não terão custos extras — serão criadas a partir do fechamento de 104 vagas de Técnico Judiciário.

De acordo com o STJ, as 63 novas vagas ajudarão o órgão a ter à disposição profissionais mais preparados para funções que demandem conhecimento em tecnologia. O Tribunal afirma, ainda, que essa conversão de vagas reduzirá gastos "na ordem de R$ 74.413,14".

DIVULGAÇÃO


Supremo Tribunal Federal e o STJ estão com projetos prontos para serem debatidos e aprovados na Câmara

A proposta enviada pelo Supremo ao Congresso cria 160 novas vagas comissionadas dentro dos gabinetes de ministros do STF. Hoje, de acordo com o STF, há 65 vagas comissionadas nas repartições dos membros da Corte.

Os postos, segundo o Supremo, poderão ser preenchidos por indicação dos ministros a partir de servidores efetivos da Corte — que ganhariam um adicional ao salário efetivo —, ou com pessoas de fora do quadro de funcionários concursados do STF.

Cada posto comissionado custará mensalmente R$ 3.663,71 à Corte. De acordo com o STF, a mudança será financiada por um remanejamento interno de dinheiro, a partir de "recursos previstos já estão incluídos no teto orçamentário" do Supremo.

As outras duas propostas, enviadas ao Congresso pelo STJ, promovem as seguintes mudanças: cria três novas vagas de juiz federal no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) — ao mesmo tempo, fecha quatro vagas de juiz federal substituto no TRF-1; os três novos juízes federais vão atuar numa 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Piauí, que será criada também por uma das propostas; cria oito varas federais em Santa Catarina, vinculadas ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4); e para preencher as novas varas do TRF-4, a proposta do STJ cria ainda oito vagas de juiz federal — e fechando nove vagas para juízes federais substitutos. **(E.P.** *com agências***)**

Mudanças no Código Eleitoral para 2026 voltam ao debate no Senado

EDITORIA DE POLÍTICA
COM AGÊNCIAS

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado promove hoje (8), a primeira de três audiências públicas para discutir mudanças no Código Eleitoral (PLP 112/2021). O debate terá como foco a representatividade feminina nas eleições e a distribuição das vagas parlamentares nas eleições proporcionais, que define quais candidatos menos votados são eleitos a partir das chamadas sobras eleitorais.

O projeto em discussão é o Novo Código Eleitoral, aprovado pela Câmara dos Deputados e enviado ao Senado em 2021. O relator da matéria, senador Marcelo Castro (MDB-PI), apresentou à CCJ uma versão alternativa (substitutivo) com 898 artigos, que consolida a legislação eleitoral e partidária.

DIVULGAÇÃO


Senadora Soraya Thronicke tem sido crítica de algumas mudanças que afetam a participação feminina na eleição

O texto prevê a reserva de 20% das cadeiras nos legislativos para candidaturas femininas. A versão original da Câmara estabelecia um percentual mínimo e máximo de candidaturas por sexo (30% e 70%, respectivamente), regra já aplicada pela Justiça Eleitoral. Após reunião com a Bancada Feminina da Câmara, Castro optou por modificar esse ponto.

A nova redação, no entanto, gerou críticas de senadoras como Soraya Thronicke (Podemos-MS) e Professora Dorinha Seabra (União-TO), que apontaram uma redução no percentual de participação feminina em relação ao texto aprovado pelos deputados.

Outro ponto a ser debatido é o cálculo das sobras eleitorais. Após a apuração, a Justiça Eleitoral calcula o número de votos necessário para que cada partido eleja seus candidatos.

Estado nega tentar acordo com Braskem

PGE diz que reparação é por via judicial e único acerto com mineradora foi para construção do novo prédio do Portugal Ramalho

RICARDO RODRIGUES
COLABORADOR

O governo do Estado negou ontem que esteja negociando um acordo com a Braskem em busca de ressarcimento pelo prejuízo causados pela mineradora, conforme chegou a ser divulgado, no início desta semana, nas mídias sociais. Na verdade, segundo a Procuradoria Geral do Estado (PGE), tirando a negociação em torno de um novo hospital psiquiátrico, há apenas um pedido de reparação, que tramita no campo judicial.

"Do ponto de vista político, não há nenhuma tratativa em curso", afirmou um assessor palaciano, lembrando que o único acordo até agora sacramentado, entre Estado e Braskem, é com relação à construção do novo Hospital Portugal Ramalho, que deve se mudar para o Jaraguá, já que suas instalações, no bairro do Farol, foram afetadas pela mineração predatória da Braskem.

Outra informação contestada pelas vítimas da mineração e por economistas que acompanham de perto o caso Braskem é com relação à participação da Braskem na economia alagoana. "Não é verdade que a Braskem deixando Alagoas vai quebrar ou inviabilizar economicamente o Estado. Até porque a participação da Braskem no PIB [Produto Interno Bruto] de Alagoas é pífia, é muito pequena, gira em torno de meio por cento", comentou o economista Elias Fragoso, que já publicou dois livros sobre o assunto.

FALÁCIA

Segundo Fragoso, nos últimos 20 anos, "a participação da Braskem no crescimento do PIB de Alagoas foi praticamente zero". Para comprovar o que diz, o economista afirma que a Braskem não figura nem na lista dos 100 maiores contribuintes do estado. "Portanto, é uma falácia dizer que Alagoas vai sentir falta da Braskem, caso a mineradora bata em retirada", acrescenta o economista.

Para ele, a mineradora não fará falta nem quanto ao recolhimento de impostos, nem quanto aos postos de trabalho. Afinal, segundo ele, a Braskem emprega apenas cerca de 500 funcionários em Alagoas, mesmo assim boa parte da mão-de-obra qualificada, que recebe os melhores salários, é de pessoas de fora, oriundas de outros Estados.

Sobre o ressarcimento dos prejuízos, que estariam sendo cobrados pelo governo do Estado, Fragoso disse que realmente ouviu especulações nesse sentido, quanto às tratativas de acordo, mas que, por enquanto, essas informações estão limitadas aos bastidores. Nada de oficial, que é ele saiba.

No entanto, para Fragoso, nada normal que o governo do Estado busque uma reparação, junto à Braskem. Ele só faz uma observação, que as negociações contemplem prioritariamente as expectativas das vítimas, que até hoje aguardam uma indenização justa da mineradora, tanto do porto de vista moral, como material.

Não há mal nenhum do estado buscar uma reparação. O economista só espera que não aconteça com o Estado, o que aconteceu com a Prefeitura de Maceió, o dinheiro foi liberado, mas até agora as vítimas não viram nem a cor dele.

EDILSON OMENA / ARQUIVO



Afirmação de que Maceió e Alagoas quebrariam se a Braskem saísse é uma grande falácia, diz Alexandre Sampaio, representante das vítimas

EDILSON OMENA



Cássio Araújo: "Estado estaria cobrando falta de pagamento de impostos"

Mineradora possui incentivos fiscais em Alagoas

Para o coordenador-geral do Movimento Unificado das Vítimas da Braskem (MUVB), Cássio Araújo, qualquer acordo entre o Estado e a mineradora, com o objetivo de negociar o ressarcimento dos prejuízos, terá que ter a participação direta das vítimas da mineração.

"Pelo menos, foi esse o compromisso que o governo de Alagoas assumiu com o nosso Movimento. Por isso, eu não acredito nisso, mas se o acordo está em curso, sem a nossa participação, é algo que merece a nossa crítica".

Por outro lado, do ponto de vista da contribuição da Braskem para o Estado de Alagoas, o coordenador-geral do MUVB tem a mesma opinião do economista Elias Fragoso. "Pelo que a gente sabe, a contribuição da Braskem é muito pouca. Inclusive, a mineradora conta com incentivos fiscais. Mesmo assim, apesar dos incentivos, há informações recentes de que o Estado estaria cobrando a falta de pagamento de impostos, por meio de uma execução fiscal impetrada pela PGE, no valor de R$ 600 milhões, que a empresa deixou de pagar", afirmou Araújo.

Na opinião do empresário Alexandre Sampaio, presidente da Associação dos Empreendedores Vítimas da Mineração em Maceió, a afirmação de que Maceió e Alagoas quebrariam se a Braskem saísse é uma grande falácia, "baseada na fantasia de quem apoia os crimes da mineradora e ignora o prejuízo bilionário que ela causou aos moradores das áreas atingidas pela mineração predatória de sal-gema.

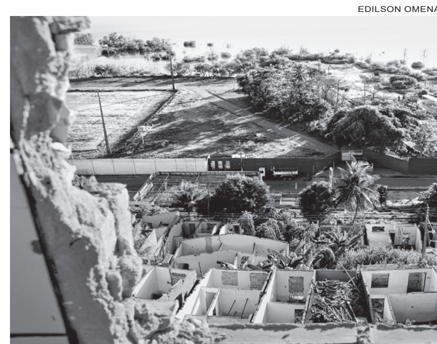
"Pelos números do economista Elias Fragoso, a Braskem responde por menos de 1% do PIB alagoano e a cadeia produtiva da química e do plástico, por aproximadamente, 3%. Portanto, se a Braskem saísse de Maceió haveria grande requalificação das regiões desvalorizadas por ela, muito maior do que sua contribuição de 1% para a economia. Geraria muito mais empregos que os cerca de 500 postos de trabalho que ela gera", comentou Sampaio.

"No entanto, a destruição recente de 5 bairros, e a desvalorização do Pontal, Trapiche, Levada e toda orla da praia da Avenida e da lagoa Mundaú, além dos R$ 30 bilhões sonegados pelos danos morais não pagos às vítimas, devem ser contabilizados em qualquer cálculo sério e responsável", acrescentou o empresário. Para ele, antes de ir embora de Alagoas ou negociar os prejuízos causados ao Estado, a empresa deve pagar o que os prejuízos que causou às vítimas, revendo os acordos de indenização moral e material, feitos sob pressão, na bacia das almas.

"Também lamento o descaso das autoridades municipais e estaduais, além do Judiciário, com os processos sérios de reparação integral dos 140 mil moradores afetados, direta e indiretamente, pela tragédia do afundamento do solo; dos 6.000 negócios cujos sócios e proprietários não receberam danos morais; dos estudantes e trabalhadores esquecidos dos processos indenizatórios; além dos danos ambientais até agora não mitigados como deveria", concluiu. **(R.R.)**

Prefeitura não diz quanto foi depositado no Fundo de Apoio aos Moradores

EDILSON OMENA



Fundo de Apoio aos Moradores seria para ajudar as vítimas

Apesar de questionada na Justiça, pela Defensoria Pública do Estado (DP/AL), a Prefeitura de Maceió ainda não informou, oficialmente, quanto já foi depositado no Fundo de Apoio aos Moradores (FAM) das áreas atingidas pela mineração da Braskem, na capital alagoana. Questionada sobre os valores que teriam sido depositados na conta do FAM, a assessoria da prefeitura ficou de checar, mas não deu resposta, até o fechamento desta matéria.

Para o coordenador do MUBV, a Prefeitura de Maceió precisa informar onde colocou o dinheiro do FAM, até porque a Defensoria questionou e até agora nenhuma informação nesse sentido foi divulgada, oficialmente.

DEFENSORIA

Nas redes sociais, a Defensoria Pública do Estado (DP/AL) expôs que o fundo criado pelo prefeito JHC (PL) não recebeu R$ 250 milhões da Braskem, conforme prometido. Por isso, a Defensoria teve que recorrer à Justiça para que o depósito seja feito no FAM.

Afinal, o FAM foi criado pela própria Prefeitura de Maceió, em julho de 2023, com o objetivo de apoiar às vítimas do afundamento de solo causado pela Braskem. No entanto, levou um ano para que uma sede física do FAM fosse inaugurada, o que ocorreu em julho de 2024, no bairro do Benedito Bentes, na parte alta da capital alagoana.

No entanto, nem as lideranças do MUVB conhecem a sede do FAM e pouco sabe das suas atividades, ou ações.

"O defensor Ricardo Melro precisou entrar na Justiça para saber disso, mas até agora nada", comentou Maurício Sarmento, integrante do Movimento. Segundo ele, embora a prefeitura tenha oficialmente lançado o FAM, o fundo ainda não recebeu nenhum recurso financeiro.

De acordo com Sarmento, uma Ação Civil Pública foi movida pela Defensoria para forçar o prefeito JHC a destinar pelo menos R$ 250 milhões ao FAM, usando o dinheiro de uma das parcelas que a Braskem teria repassado à prefeitura, por conta do acordo com assinado pelo prefeito JHC em 2024, no valor de R$ 1,7 bilhão. Mas, até agora, o depósito não teria sido feito.

OUTRO LADO

A reportagem da **Tribuna Independente** tentou ouvir a Braskem, sobre o assunto, mas a empresa preferiu não se manifestar, conforme informou a sua assessoria de comunicação em Alagoas. A prefeitura de Maceió também foi procurada para opinar sobre o assunto, mas não quis se manifestar. **(R.R.)**

TRIBUNA INDEPENDENTE

Endereço Comercial: Empresarial Humberto Lôbo
Av. Menino Marcelo - 9.350- Serraria
Maceió - Alagoas - CEP: 57.083.410
CNPJ: 08.951.056/0001 - 33

UM PRODUTO:

JORGRAF
Cooperativa dos Jornalistas
e Gráficos do estado de alagoas

PRESIDENTE
José Paulo Gabriel dos Santos
DIRETOR ADMINISTRATIVO
FINANCEIRO
Flávio Peixoto
EDITOR GERAL
Ricardo Castro
DIRETORA COMERCIAL
Marilene Canuto

TELEFONE:
82.3316.5855

OS ARTIGOS ASSINADOS SÃO DE RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES.
NÃO REPRESENTANDO, NECESSARIAMENTE, A OPINIÃO DESTE JORNAL.

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS

IRPF e a cibercriminalidade

A chegada do prazo para a entrega da declaração do Imposto de Renda, que se iniciou em 17 de março e vai até 30 de maio de 2025, se tornou uma oportunidade para os cibercriminosos. Nos últimos anos, as tentativas de fraudes têm se multiplicado, com golpistas se aproveitando da ansiedade e falta de atenção dos contribuintes para desviar dados pessoais e financeiros, é o que alerta a ESET, multinacional de cibersegurança. Durante este período, a empresa recomenda que os brasileiros ampliem a atenção a e-mails falsos, sites fraudulentos e até telefonemas de falsas centrais que visam roubar informações sensíveis e realizar transações ilícitas.

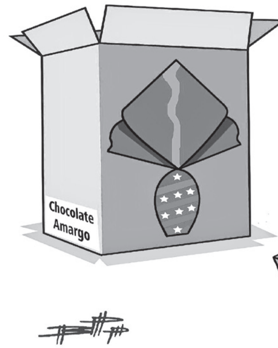
Em 2025, a Receita Federal espera receber 46,2 milhões de envios – o equivalente a um quinto da população brasileira. Com um volume tão alto de acessos às plataformas oficiais, o período se torna especialmente propício para ataques cibernéticos. Os contribuintes podem preencher e enviar os dados diretamente pelo e-CAC, sem precisar baixar programas, ou utilizar a versão disponível para Windows. Essa grande movimentação atrai a atenção de criminosos, que exploram qualquer descuido para roubar informações e aplicar golpes.

Os cibercriminosos sabem que muitos contribuintes estão em busca de soluções rápidas para a declaração e aproveitam essa demanda para se infiltrar. As fraudes podem começar com um simples clique em um e-mail falso que se disfarça de Receita Federal. Ou por meio de links que redirecionam para sites falsos, onde o usuário podem encontrar formulários que peçam informações pessoas, dados bancários ou até credenciais de acesso ao próprio sistema GOV.br e, pela similaridade estética, muitas vezes sequer percebem o risco.

Esses golpes podem assumir diferentes formas, como sites que imitam o sistema da Receita Federal ou e-mails solicitando pagamento para regularizar a declaração. Além disso, os criminosos costumam utilizar a engenharia social para convencer a vítima a acessar links fraudulentos e fornecer os mais diversos tipos de dados, como CPF, número de contas bancárias e senhas de acesso para diversos serviços dentre outras informações.

Billo





Bibelô de Satanás



LAELSON MOREIRA DE OLIVEIRA
Poeta

Dizia as más línguas, isso quando eu ainda usava cueiros, que o diabo quando não vem manda o secretário. Secretário não tem tanto poder assim como o chefe, por isso sempre acreditei que o sujeito mandava o imediato, ou seu bibelô - e ainda manda.

Se for pra fazer miséria, que se tenha um bom professor, e o diabo – a gente sabe – é um dos melhores. Manda e desmanda e pouco se tem o que fazer.

Uns dizem que só com orações, outros, esperneando, fritando o quengo e gritando sob a promessa de um Deus que é complacente e que vai fazer alguma coisa. Demora, mas dizem que faz.

Enquanto isso e pra não alarmar, o coisa ruim manda seu chaveirinho particular fazer as maldades, custe o que custar e a quem custar.

Parece que baixou o capeta sob os miolos moles, arrogantes e prepotentes do Gambá albino de topete. Antes o rapaz só queria tomar uma parte do mundo que sempre se achou dono, mas não tinha como fazer.

Agora que tem o poder nas mãos, de novo e novamente, pensa que pode tudo. Deve poder porque ninguém faz nada pra empatar as diabruras do sujeito, sei lá se por medo ou preguiça desvairada!

Quando eleito foi categórico em escolher países que devem retornar aos seus poderes nefastos. Nefastos porque não existe coisa mais rude e intrigante do que ser benevolente com os ensinamentos que só o "Sete Peles" sabe ministrar, só por isso – que já é muito.

Num vemos que agora o Gambá albino de topete que prorrogar o seu poder? Infame, mas lúcido, com biquinho de bebê mortificado pela protuberância do seu riso enfadonho e cínico, ele jura que vai ficar e fincar mais um outro mandato. E esse nem começou.

Há quem diga que pode dar certo. Não duvido, não digo sim nem não. Por mim, abriria a capa mágica e acabava com essa brincadeira, mas nem sou mágico e muito menos tenho capa.

Sob o auspício da maldade, fica difícil a gente jogar só com um pirlim-pim-pim e mudar o rumo da história. Quem muda a história, ou a faz, são os homens maus.

Os bons ficam na espreita, esperando a hora certa de agir. Mas, repito, ninguém está agindo, berrando, brigando, se debatendo para resolver bulhufas algumas.

O interessante é que, na penumbra, o outro ditadorzinho de meia-tigela, engasgado com seu golpe mal elaborado, que foi jogado na sarjeta, fica a espreita esperando o diabo ditar normas e regras para agir em direito próprio. Como sempre foi.

Na feitiçaria esforçada e arremessada sobre massa ignóbil e febril, os canalhas que se grudam ao poder eterno atentam para a lição que vem da América do Norte.

Ficam de olhos arregalados esperando a tumba que a qualquer momento pode dobrar a esquina carregando bandeiras nacionalistas, ufaneada pela doutrina mais reles que só esses crápulas sabem disseminar. E endeusam esses eles.

Veremos o que vai acontecer. Acredito no bom senso, mas o diabo sabe que isso é uma retórica falível. Pra mim, sou de achar e talvez brigar, pela liberdade que ainda tenho.

Caso contrário, serei um dos primeiros a bancar o delírio ululante de um perseguido político. Pode não chegar a tanto, prepotência minha, reconheço! Mas muitos poderão sucumbir e desmoronar diante da loucura que quer tomar o mundo.

Enquanto isso, esperemos para saber até onde a loucura pode andar de mãos dadas com o diabo, porque formam um belo par.

As estranhas pesquisas da Quaest



BEPE DAMASCO
Jornalista

Em um dia, o diretor do instituto de pesquisas Quaest, Felipe Nunes, sintetiza da seguinte maneira a descida ladeira abaixo do governo Lula captada por seu levantamento: "Houve uma quebra de confiança entre o eleitorado e Lula."

dia seguinte, com a divulgação de nova sondagem da mesma Quaest, desta vez sobre as eleições presidenciais de 2026, mostrando Lula à frente de todos os concorrentes nos oito cenários pesquisados, a conversa do executivo já é outra: para ele, a polarização política escalou para a "calcificação" do voto na sociedade brasileira.

Por isso, reprovação do governo não quer dizer mudança de voto, pois o eleitor compara os dois lados.

Será?

Há muito abandonei aquela postura comum no universo da política, que é festejar pesquisas favoráveis e rejeitar as que não trazem boas notícias.

Isso não quer dizer, no entanto, que as sondagens não devam ser vistas com senso crítico, especialmente sua exploração midiática.

Por exemplo: embora eu não assista mais a GloboNews, via redes sociais fiquei sabendo que o CEO da Quaest esteve presente ontem em praticamente toda a programação da emissora, para comentar o "pior momento de Lula" junto com repórteres e apresentadores.

Abre parênteses: é importante registrar que muitos problemas apontados pela pesquisa Quaest vividos pelo governo Lula são reais. O que eu debato aqui é a extensão e a profundidade deles, bem como o clima artificial de fim de mundo, de game over para o governo. Fecha parênteses.

Perguntas:

1) Se foram feitas nas mesmas datas, entre 27 e 31 de março passados, por que apenas a pesquisa sobre a popularidade em queda do governo foi divulgada nesta quarta (2 de abril), enquanto a pesquisa presidencial ficou para o dia seguinte, com muito menos destaque na Globo e em toda a imprensa comercial? Penso que a decisão está ligada à estratégia de concentrar o noticiário de um dia inteiro na baixa popularidade do governo.

2) Será que o diretor da Quaest será outra vez chamado aos estúdios da Globo para explicar como o chefe de um governo tão "mal avaliado" pode liderar as pesquisas para a próxima eleição? E, caso seja convidado, o que duvido muito, terá o mesmo tempo oferecido quando a pauta era traçar um quadro de fundo de poço para o governo?

Outro ponto que merece atenção é que Lula desponta como favorito não só contra candidatos da extrema-direita, incluindo Bolsonaro, mas também diante de hipotéticos candidatos de centro e de direita. Então, apenas a tese da polarização intensa, a tal da "calcificação", não explica a boa performance de Lula nas pesquisas.

E mais: quando Felipe Nunes detecta uma quebra de confiança popular em Lula, ele está querendo dizer, na verdade, que o encanto de Lula se partiu entre os brasileiros, o que sugere uma sentença definitiva.

Difícil acreditar que esse mesmo eleitor cético e desiludido seja o mesmo que pretende dar a Lula um quarto mandato presidencial.

As coisas não se encaixam.

A Quaest deve explicações.

Mídia comercial



LEONARDO ATTUCH
Jornalista

No enredo trágico da história brasileira recente, o ex-presidente Jair Bolsonaro, que neste domingo voltou a ocupar a Avenida Paulista com mais uma encenação populista, deveria figurar apenas como nota de rodapé da crônica política nacional – sempre associado a seus crimes contra a democracia, ao negacionismo sanitário e à vergonhosa submissão a interesses estrangeiros.

No entanto, a mídia corporativa brasileira insiste em oferecer a ele o protagonismo de uma ópera bufa que paralisa o debate público, bloqueia as urgências estruturais e sabota o futuro do país.

Bolsonaro, que liderou uma conspiração golpista amplamente documentada, já deveria estar prestando contas à Justiça – e não sendo tratado como presidenciável para 2026 por institutos de pesquisa ou como o "grande eleitor" de governadores sabujos, que rastejam por seu apoio.

O escândalo é duplo: enquanto o sistema de Justiça avança sobre as provas incontestáveis do golpe, a imprensa o mantém nos holofotes como se fosse apenas mais um ator legítimo da política institucional.

Nenhuma democracia madura toleraria esse tipo de validação pública a um político que atentou contra o regime constitucional. No Brasil, porém, manchetes e entrevistas tratam seus apelos por anistia – e até mesmo por "ajuda externa" – como se fossem desabafos de um patriota injustiçado, quando, na verdade, são declarações de traição à soberania nacional.

A submissão de Bolsonaro ao presidente estadunidense Donald Trump é um dos capítulos mais humilhantes dessa narrativa.

O mesmo Trump que agora impõe tarifas de até 25% sobre produtos industrializados brasileiros – como aço e alumínio – é celebrado por Bolsonaro como líder de um suposto projeto civilizacional, e como sua última esperança de redenção pessoal, como se o Brasil fosse uma republiqueta colonial.

É preciso lembrar que a guerra comercial deflagrada pelos Estados Unidos não se limita à China – ela é dirigida contra o mundo. Trata-se de uma ofensiva protecionista, imperialista e unilateral que busca conter a ascensão do Sul Global e implodir o multilateralismo. E o Brasil está na linha de tiro.

Nesse cenário, o país precisaria de um debate urgente e qualificado sobre reindustrialização, soberania produtiva e integração Sul-Sul.

Mas o que faz a mídia tradicional? Em vez de se aprofundar nesses temas decisivos, insiste em dedicar atenção privilegiada à caricatura golpista de Bolsonaro e seus acólitos – transformando até mesmo a "cabeleireira do batom" em personagem de destaque da crônica política.

Enquanto o presidente Lula tenta formular uma resposta robusta aos desafios globais – estreitando alianças estratégicas com países asiáticos, como China,

Vietnã e Japão, fortalecendo o Mercosul e defendendo sempre o multilateralismo em foros internacionais –, o jornalismo comercial ainda se ocupa de especular sobre os passos de um personagem que já deveria ter sido descartado pelo bom senso e pela História.



Trata-se de um rebaixamento lamentável do debate público, que ignora as contradições centrais de um mundo em mutação acelerada e mantém o país prisioneiro de uma agenda irrelevante, voltada ao passado.

A tragédia brasileira, portanto, não se resume à figura de Jair Bolsonaro. Ela também reside no comportamento da grande mídia, que ao negar a ele o julgamento histórico e moral que merece, sabota o projeto de reconstrução nacional que vem sendo liderado pelo presidente Lula depois da destruição causada pelas jornadas de junho de 2013, pela Lava Jato, pelo golpe de 2016 e pelo choque neoliberal da era Temer-Bolsonaro.

Ao normalizar o que é, na essência, uma aberração democrática, o jornalismo tradicional torna-se cúmplice do atraso, do obscurantismo e da submissão – não só a um futuro presidiário, mas a um projeto de destruição do Brasil como nação soberana.

GERALDO MAGELA / AGÊNCIA SENADO



Senador Paulo Paim (PT-RS) propõe em emenda a redução gradual por ano da jornada de trabalho no Brasil de 44 horas para 36 horas

JORNADA DE TRABALHO

Senado federal discute hoje redução de 44 para 36 horas

Texto é de autoria do senador Paulo Paim e prevê diminuição gradual de 1h por ano

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vai debater hoje, às 14h, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 148/2015) que propõe reduzir a jornada de trabalho semanal de 44 para 36 horas.

O texto é de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS) e pretende alterar a Constituição Federal para reduzir a jornada de 44 para 36 horas. Segundo a proposta, a mudança será gradual, começando com uma redução para 40 horas na primeira fase e diminuindo uma hora por ano até atingir o limite de 36 horas semanais.

Ontem, o parlamentar defendeu sua proposta em discurso no plenário. "É uma medida que aproxima o Brasil de uma tendência mundial. Os países, na sua ampla maioria, já compreenderam que garantir mais tempo para a família, o prazer, o estudo, a qualificação profissional, melhora a qualidade de vida dos trabalhadores e melhora também a qualidade do que é produzido. Impulsiona a produtividade e, consequentemente, também a geração de mais emprego, já que teremos mais pessoas trabalhando, produzindo, participando do mercado interno, que vai gerando um saldo positivo para todos", aponta Paim.

O senador citou exemplos bem sucedidos de países que adotaram a redução da jornada de trabalho.

A Islândia, por exemplo, implementou a jornada de quatro dias por semana e registrou o crescimento econômico de 5%, enquanto mais da metade da população ativa passou a trabalhar menos horas sem perder renda. Na Alemanha, as empresas que testaram esse modelo também tiveram resultado positivo. Mantiveram a prática, depois de uma experiência que fizeram, pois constataram o aumento da produtividade, a redução de custos, a redução da rotatividade e todos ganharam muito mais, os trabalhadores e os empregadores", justifica.

PROPOSTAS

A audiência pública desta terça foi solicitada por meio de um requerimento apresentado pelo senador Rogério Carvalho (PT-SE), relator da PEC na Casa.

ROBERTA D'ALBUQUERQUE
roberta@caverdadeeque.com.br



As entranhas do porco

Meu namorado diz que quem volta igual de uma viagem não precisava nem ter viajado. É mesmo, né? Ou a gente se deixa transformar (seja a viagem da natureza que for), ou a vida perde quase toda a graça. Mesmo assim confesso ter me sentido um pouquinho pressionada hoje cedo, no primeiro dia do pós-férias. Será que fui competente na tarefa de mudar ou voltei igual que nem?

As semanas de Japão foram impressionantes, disso não tenho dúvida. Há um jeito de estar no mundo meio outro do outro lado do mundo. Vocês assistiram Dias Perfeitos? Sabe aquele "todo dia ele faz tudo sempre igual" que dá uma admiração e um espanto do mesmo tanto? Senti isso o tempo todo. Fora que viajei com minha irmã e minha mãe. Foram 15 dias dormindo e acordando com elas. Não fazíamos isso desde 1991, o último ano em que moramos as 3 juntas. Quem volta igual de uma imersão familiar não precisava nem ter mergulhado, né?

Chegamos na semana exata em que as cerejeiras floresceram em Tóquio, as flores duram 7 dias. Todo dia de manhã, minha irmã acordava mais cedo, meditava, fazia sua série de Yoga, tomava chá e caldinho quente. Todo dia minha mãe nos lembrava de nossa sorte de estarmos juntas, elogiava as lichias descascadas, se comovia com a beleza das flores. Sabe aquele "todo dia ela faz tudo sempre igual" que dá uma admiração e um espanto do mesmo tanto? Senti isso o tempo todo.

Numa visita a um jardim, escutamos a explicação de que parte do simbólico da terra "penteada" - aquela que a gente reproduz com ferramentas pequenininhas nos jardins em miniatura - era o estar preparado, acordar de manhã e preparar-se. Aquilo entrou tão fundo em mim. Uma moça do meu lado não conteve a angústia de urgência de utilidade tão ocidental nossa: preparado pra que?, perguntou. Ué, pra ver as flores, só duram 7 dias. Assim como quem acorda mais cedo e estica o tapetinho de yoga no quarto de hotel, assim como quem não cansa de elogiar a lichia descascada, assim como quem dobra o futon sabendo que vai desdobrar no fim do dia.

Hoje eu cheguei mais cedo no consultório pra arrumar a sala pro primeiro analisando da segunda-feira. Em cima de minha mesa o caderno estava aberto com notas que tomei na sexta pré-férias. Eram 6 itens: 1. As entranhas do porco; 2. Dois dentes do Carlos Augusto; 3. Não esquecer, 15h30; 4. Olhar atravessado; 5. Só se for verde; 6. Página 27 e 33. Foi eu que escrevi, é minha caligrafia, mas foi outra eu. Não faço a menor ideia do que Roberta de lá tinha que fazer às 15h30, deve ter esquecido, que olhar foi esse, de que livro eram as páginas 27 e 33, o que havia de maduro ou de verde, quem é Carlos Augusto ou por que me preocupavam as entranhas do porco. Talvez eu não tenha voltado igual. Muita terra ainda pra pentear nesse jardinzinho, minha gente. Feliz por estar de volta com vocês e ainda pensando na profundidade de mergulho. Boa semana, queridos.

Dino exige prestação de contas da FNP

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino intimou ontem a Frente Nacional dos Prefeitos (FNP) e exigiu a entrega de prestações de contas referentes às transferências especiais recebidas pelos municípios. Conhecido como "emenda Pix", esse tipo de repasse é feito pelos parlamentares diretamente às prefeituras ou governos estaduais, sem vinculação a um projeto específico.

Na sua ordem, Dino exige dos municípios beneficiários das emendas Pix e cita que há 6.247 planos de trabalho não cadastrados, referentes a repasses feitos entre 2020 e 2023. O ministro deu prazo de 90 dias corridos para a entrega dos documentos aos ministérios relacionados às ações desenvolvidas a partir dos pagamentos. O prazo começou a contar no dia 1º/4.

Relator da ação no Supremo que visa dar mais transparência às emendas parlamentares, o ministro tem se dedicado às emendas Pix. No início deste mês, o magistrado determinou a suspensão imediata de novas emendas Pix para instituições de ensino superior estaduais e suas respectivas fundações de apoio em oito estados.

Em janeiro, ele havia determinado a publicação de normas sobre a aplicação e prestação de contas referentes a emendas parlamentares federais, pelas instituições de ensino superior e suas respectivas fundações de apoio. Os estados do Acre, Alagoas, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rondônia e Sergipe não se manifestaram nos autos do processo, e o magistrado entendeu que eles desrespeitaram a exigência de publicar as normas. Agora, ao exigir dos municípios a prestação de contas, Dino tenta dar transparência às ações feitas durante três anos com esse tipo de repasse. Ao todo, R$ 20,6 bilhões em emendas de 2020 a 2024 foram pagos a prefeituras, sem critérios claros. O número consta na Transparência e foi corrigido pela inflação (IPCA), para refletir valores atuais.

ANTONIO AUGUSTO / STF



Flávio Dino deu prazo de 90 dias para prefeituras se regularizarem

MST invade fazenda de matador de fiscais

Integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) ocuparam ontem uma área da Fazenda São Paulo, que pertenceria ao Incra mas é explorada por Antério Mânica, um dos condenados pela chacina de Unaí (MG), que vitimou três auditores fiscais do trabalho e um motorista, em 2004. O MST lembra que Mânica também teve seu nome ligado em 2023 a um caso de exploração de trabalhadores. Na ocasião, 84 trabalhadores rurais foram resgatados em condições análogas à escravidão. "Neste período, a Fazenda São Paulo assediou trabalhadores assentados vizinhos para que vendessem suas glebas de forma ilegal", diz o movimento em nota.

A Fazenda São Paulo fica em Água Fria de Goiás (GO), na divisa com Minas e Distrito Federal. Ela é administrada por Marcos Rogério Boschini, que tem um contrato de parceria com seu sogro, Antério Mânica, que foi prefeito de Unaí de 2007 a 2012. Assim como ele, seu irmão Norberto Mânica foi condenado a 100 anos de prisão como mandante da chacina ocorrida na área rural da cidade.

Cerca de 500 famílias do MST cobram do Incra e do Governo Federal o assentamento imediato das famílias, a retomada das glebas públicas do Assentamento Terra Conquistada, em Água Fria de Goiás, para a reforma agrária. Também querem a desapropriação da Fazenda São Paulo, para ser convertida em projeto de assentamento. A invasão desta segunda-feira faz parte do Abril Vermelho, iniciado no fim de semana com o intuito de pressionar o governo federal a agilizar a reforma agrária. Ao menos seis propriedades foram invadidas desde sábado (5), em Minas Gerais, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

O MST anunciou ações até 17 de abril, marco dos 29 anos do Massacre de Eldorado do Carajás, em que 21 trabalhadores rurais foram mortos a tiros por policiais militares durante uma marcha no Pará. Outros 69 ficaram feridos. Desde então, apenas dois policiais, de 155 envolvidos, foram condenados.

DIVULGAÇÃO



MST iniciou ontem o "abril vermelho" com ocupação de terras

CSA celebra semana “tranquila” de treinos

Classificação para Copa do Brasil 2026 deu novo ânimo ao grupo na véspera da estreia no Brasileiro da Série C

A semana da Série C começou. “Nossa meta é o acesso”, disse o volante Camacho. O CSA conquistou a seletiva da Copa do Brasil 2026, e agora tem atenção totalmente voltada para a estreia no Brasileirão, neste sábado às 16h diante do Anápolis-GO, no Estádio Rei Pelé.

O técnico Higo Magalhães estava aliviado após a vitória em Palmeira dos Índios. Ele comemorou o fato do time ter mais tranquilidade para trabalhar essa semana. “A gente sabia que seria um jogo duro, mas entramos muito concentrados dentro do jogo, e conseguimos atingir um nível de maturidade como equipe muito alto. Sabíamos que a nossa bola parada era forte. Tivemos a possibilidade de matar o jogo depois que já tínhamos a vantagem. Mas valeu muito o espírito de todos, de entender o momento, de entender que o que importa para o clube é essa Copa do Brasil, que é muito importante começar a Série C com o apoio do nosso torcedor”, disse.

A presidente Mirian Monte, fez um desabafo e revelou até que recebeu áudios ofensivos de integrantes do Conselho Deliberativo. “Queria fazer um registro aqui que a postura, principalmente, dos dirigentes, membros do Conselho Deliberativo, precisa ser (de) condutas que gerem tranquilidade e harmonia, (posturas) sensatas. Que exista um nível ético, uma postura que respeite o decoro necessário para que a gente possa ter um ambiente seguro e equilibrado. Recebi muitos áudios bastante ofensivos, áudios que geram um desequilíbrio interno, e a gente precisa corrigir essa rota”, desabafou a dirigente ao repórter Warner Oliveira.

ASSESSORIA


Jogadores do elenco do CSA começaram ontem treinamentos visando estreia na Série C com o Anápolis

Com uma mistura de clássicos regionais e duelos contra equipes experientes, o CSA terá pela frente uma sequência desafiadora. Jogos contra Náutico, ABC e Confiança prometem ser decisivos na primeira fase. “Agora começa um campeonato que a gente deposita toda a nossa energia. Devagar, com muito trabalho, estamos conseguindo os objetivos do clube. Não conseguimos o estadual, mas as outras metas estamos conseguindo atingir”, disse Higo.

JOGOS DO CSA

12/4 CSA x Anápolis
20/4 ABC x CSA
27/4 CSA x Náutico
3/5 Ypiranga x CSA
11/5 CSA x Maringá
17/5 Tombense x CSA
24/5 CSA x Confiança
31/5 São Bernardo x CSA

ADEUS ANSELMO

CRB vai ao mercado buscar um atacante de referência

Anselmo Ramon já é passado no CRB. O atleta não foi relacionado na estreia da Série B (vitória 1x0 sobre a Chapecoense) e deve se apresentar no Goiás. O técnico Eduardo Barroca não quis falar nomes e tentou exaltar os atuais jogadores da posição.

“Temos aqui situações especiais. Daniel é um jogador jovem, que eu conheço desde os 16 anos no Atlético-GO, a gente tem o Mikael, que está num processo de melhora, de crescimento, jogador de nível altíssimo, jogador que despontou muito bem e tem todas as possibilidades de nos ajudar muito. A gente tem ainda um jovem que entrou no decorrer do jogo (Dioran) com potencial de crescimento. A minha função, primeiro, é potencializar os que a gente tem aqui dentro e ver a possibilidade, obviamente, de trazer outro centroavante para a gente ficar muito mais forte”, explicou.

O CRB volta a jogar no próximo domingo, às 16h, em Belo Horizonte. Enfrenta o Athletic no Estádio Independência. O centroavante Breno Herculano deve ser novo reforço do CRB. Breno vai assinar com o Galo em definitivo e ser parte da compensação por Anselmo Ramon ir ao Goiás. Outros jogadores devem chegar.

SUL-AMERICANA

Confronto entre Vasco e Puerto Cabello será no Rio

Nesta terça-feira, Vasco e Puerto Cabello se enfrentam, no Estádio São Januário, no Rio de Janeiro. A bola rola às 21h30 (horário de Brasília) pela 2ª rodada do Grupo G da Copa Sul-Americana. O clube carioca vem de uma derrota no Brasileirão, e busca os primeiros 3 pontos na competição continental. O duelo é da 2ª rodada da Sul-Americana.

O momento do Vasco é de alerta e pressão. A derrota por 3 a 0 para o Corinthians, na Neo Química Arena, escancarou fragilidades e reacendeu a cobrança sobre o técnico Fábio Carille, que voltou a ficar na mira da torcida e da crítica, após poupar grande parte do elenco considerado titular. O resultado negativo na segunda rodada do Brasileirão serviu como um sinal de alerta.

Diante desse cenário, Carille deve retomar a escalação com força máxima, apostando em nomes experientes como Vegetti e Philippe Coutinho para dar mais peso e qualidade ao time titular. A ideia é estancar a instabilidade quanto antes e reconquistar a confiança da torcida.



Em Rede com 62 Municípios
(transmissão simultânea)

SISTEMA CORREIO DE COMUNICAÇÃO - RÁDIO CORREIO
Transmissão Simultânea em Rede com 62 Municípios
TERÇAS E QUINTAS DAS 12H ÀS 14H



PARCERIA:

JORNAL TRIBUNA INDEPENDENTE
SITE TRIBUNA HOJE.com
CANAL 12 - NET / CLARO TRIBUNA HOJE TV
SINDJORNAL Sindicato dos Jornalistas de Alagoas



EM REDE:

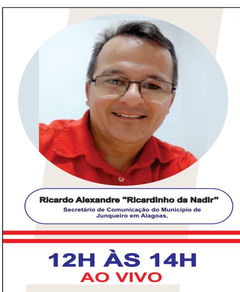
- RÁDIO CORREIO FM 90,5 Joaquim Gomes
- RÁDIO CORREIO FM 88,5 Murici
- RÁDIO CORREIO FM 91,7 Matriz do Camaragibe
- RÁDIO CORREIO FM 88,9 Água Branca
- RÁDIO CORREIO FM 91,9 Delmiro Gouveia
- RÁDIO CORREIO FM 98,5 Porto Real do Colégio

RÁDIOS PARCEIRAS





ENTREVISTA DIA 08 / ABRIL / TERÇA


Ricardo Alexandre "Ricardinho da Nadir"
Secretário de Comunicação do Município de Junqueiro em Alagoas,
12H ÀS 14H
AO VIVO


Advogado Afrânio de Mendonça
Presidente da Comissão de Direito Eleitoral da 5ª Subseção da OAB/AL representando 11 Municípios Alagoanos e Presidente do Diretório Municipal de União dos Palmares em Alagoas
12H ÀS 14H
AO VIVO


Sargento Batista
Lider Comunitário do Bairro do Jacintinho e Candidato a Prefeito Comunitário do Jacintinho da 5ª Região
12H ÀS 14H
AO VIVO

EMPRESARIAL DELMAN 1º ANDAR

Justiça garante gestão do Veredas

Intervenção judicial no hospital dá novos passos com homologação de contrato da GEESTA e unidade reabre leitos do SUS

A Justiça Federal homologou o contrato da empresa GEESTA para a gestão do Hospital Veredas, no âmbito da intervenção judicial provisória determinada na ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal (MPF) e pela Defensoria Pública da União (DPU). A decisão do juiz federal Raimundo Alves estabelece o cumprimento das medidas previstas no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), com participação do Ministério Público de Alagoas (MP/AL), por meio da 24ª Promotoria de Fundações, para garantir a continuidade dos serviços de saúde e a reestruturação administrativa da unidade.

Com a homologação do contrato, foi encerrada a atuação da comissão interina na gestão do Hospital Veredas, uma vez que a empresa gestora responsável pela condução do hospital foi contratada e sua nomeação devidamente homologada.

Desde o dia 10 de março, houve a retomada de alguns serviços pelo Sistema Único de Saúde (SUS) no Hospital Veredas, incluindo a reabertura de leitos de retaguarda, clínicos e cirúrgicos. Até o dia 24 de março, foram realizados 14 atendimentos em ortopedia, 5 cirurgias pediátricas, 5 atendimentos de clínica médica, 5 de hematologia, 1 de cardiologia e 1 cirurgia ortopédica. Novos avanços são esperados para os próximos dias, considerando tanto a capacidade instalada do hospital quanto a contratação homologada da entidade gestora dos serviços. Em breve, espera-se a reabertura de novos setores dentro do hospital.

Em recente decisão judicial, de 2 de abril, referente ao Hospital Veredas, a Justiça Federal acolheu parcialmente a manifestação do Ministério Público Federal (MPF), autorizando a liberação de pagamentos essenciais para a manutenção dos serviços hospitalares. O juízo reconheceu a necessidade de garantir a continuidade do atendimento à população e, alinhado ao posicionamento do MPF, determinou que os valores devidos fossem repassados de forma a não comprometer o funcionamento da unidade de saúde.

Além disso, a decisão reafirmou a importância do controle e da fiscalização sobre a gestão dos recursos, conforme a preocupação manifestada pelo MPF quanto à correta destinação dos valores.

Nesta ação judicial, o MPF é representado pelos procuradores da República Roberta Bomfim, Julia Cadete e Bruno Lamenha, enquanto a DPU atua por meio do defensor regional de direitos humanos, Diego Alves, e o MP/AL, pelo promotor de Justiça de Fundações, Givaldo Lessa. O processo tramita na 13ª Vara Federal da Seção Judiciária de Alagoas, sob a titularidade do juiz federal Raimundo Alves.

O MPF e a DPU seguem acompanhando a situação para garantir que as determinações judiciais sejam cumpridas e que o contrato atenda ao interesse público. Caso haja descumprimento das condições impostas, outras medidas poderão ser adotadas.

Em virtude do atraso de salários, ocorridos na gestão anterior, os funcionários do Hospital Veredas realizaram diversas paralisações, com prejuízos para a população, inclusive fechando o tráfego de veículos na Avenida Fernandes Lima, no bairro do Farol. Com a intervenção da Justiça, eles voltaram ao trabalho.

ADAILSON CALHEIROS



Hospital Veredas, localizado no bairro do Farol, vem sofrendo várias intervenções em sua administração após greve dos funcionários

RETOMADA

Desde o dia 10 de março, houve a retinada de alguns serviços prestados pelo SUS no Hospital Veredas, incluindo a reabertura de leitos de retarguarda, clínicos e cirúrgicos

EM CONSTRUÇÃO

Novo Hospital Sanatório deve ser inaugurado em dezembro

O novo hospital promete ser um marco no atendimento médico, oferecendo infraestrutura moderna e serviços de saúde de excelência para a população. Além das modernas instalações, uma equipe altamente qualificada de médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, psicólogos, assistentes sociais, nutricionistas, biomédicos e técnicos garantirá um atendimento de qualidade.

Conforme a administração do Sanatório, a inauguração da unidade Centro do Hospital Geral Sanatório representa não apenas a ampliação da capacidade de atendimento, mas também a garantia da qualidade na prestação dos serviços de saúde, um compromisso do grupo com o bem-estar de todos.

A equipe de gestão do hospital também enfatizou a atenção ao paciente e o compromisso com práticas inovadoras na medicina, com o objetivo de promover não só o tratamento, mas também a prevenção de doenças e a promoção da saúde.

Enquanto o novo hospital não é inaugurado, o atendimento acontece em unidades descentralizadas.

ADAILSON CALHEIROS



Unidade descentralizada do Hospital Sanatório passou a funcionar recentemente no bairro do Poço

TEMOR

Pacientes foram evacuados com o colapso da mina 18

Desde o dia de 29 de novembro de 2023, quando o Hospital foi obrigado a transferir seus 80 pacientes internados e 357 pacientes de hemodiálise para outras unidades de saúde, a exemplo do Hospital Universitário, Hospital Veredas, Santa Casa de Misericórdia de Maceió, Hospital Médico Cirúrgico e Renal Center, a população perdeu a referência do local onde funcionava a unidade de saúde. O Hospital Sanatório funcionava no bairro Pinheiro, vizinho ao Mutange, um dos cinco bairros da capital afetados pela mineração que compromete ainda os bairros de Bebedouro, Bom Parto e Farol.

O Hospital Sanatório é uma entidade filantrópica que há oito décadas realiza um reconhecido serviço de atenção médico-hospitalar à comunidade.

A decisão de transferir os pacientes foi tomada, em caráter de urgência, pela Defesa Civil Municipal, diante do risco de colapso na mina 18 da Braskem, no bairro do Mutange.

Naquele dia 29 de novembro de 2023, o hospital acabou sendo evacuado.

FLÁVIO PEIXOTO / ARQUIVO



Antigo Hospital Sanatório, no bairro do Pinheiro, teve de ser evacuado em novembro de 2023

GARANTIA

Medicamentos para doenças raras em AL

No primeiro bimestre deste ano, o Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (Ceaf), antiga Farmex, registrou 26.715 atendimentos a pessoas que buscaram medicamentos de alto custo para tratamento de doenças raras. Em média, foram 612 atendimentos diários, conforme dados divulgados nesta segunda-feira. Para ter acesso aos medicamentos de alto custo do Ceaf, os usuários devem se dirigir à unidade, situada na Rua Oldemburgo da Silva Paranhos, 830, no bairro do Farol, em Maceió, no horário das 7h30 às 16h30, de segunda a sexta. É necessário portar o laudo médico, receita prescrita e os exames assinados pelo médico que realizou o diagnóstico, assim como o RG, CPF, comprovante de residência e Cartão SUS.

"Essa documentação irá ser submetida a um médico perito e, após a aprovação, o paciente será contactado para passar a receber a medicação mensalmente. Fornecemos medicamentos de alto custo para doenças crônicas e raras, garantindo qualidade de vida para milhares de alagoanos", frisou a gerente de Assistência Farmacêutica da Sesau, Gabriela Souto Maior.

O secretário Gustavo Pontes de Miranda, afirmou que o Ceaf desempenha um papel fundamental na garantia de tratamentos em Alagoas.

CIDADES EM FOCO

ROBERTO BAIA
robertobaia9981@gmail.com



Plano de Mobilidade



Arapiraca, sob a gestão do prefeito **Luciano Barbosa**, iniciou a construção do Plano de Mobilidade (PlanMob) como parte de um esforço contínuo para melhorar a mobilidade urbana no município. O objetivo é entender como os moradores se deslocam pela cidade e planejar melhorias que promovam mais eficiência e qualidade de vida. O plano servirá como base para as políticas públicas de transporte e mobilidade da cidade a curto, médio e longo prazo.

DESLOCAMENTOS DIÁRIOS

Na primeira fase do PlanMob, pesquisadores estarão presentes em pontos estratégicos, como terminais de ônibus e ciclovias, para realizar levantamentos sobre o deslocamento dos arapiraquenses. Eles farão contagens de veículos e entrevistarão usuários de transporte público e ciclistas, buscando informações sobre a origem e destino das viagens, além de analisar dados relacionados ao comportamento de deslocamento da população.

COLETA DE DADOS

A Pesquisa de Origem e Destino Domiciliar começará nesta quarta-feira, 9, quando os pesquisadores visitarão residências para coletar informações sobre os deslocamentos diários dos moradores. A coleta de dados ocorrerá entre abril e maio, e os pesquisadores estarão devidamente identificados, garantindo a transparência e segurança no processo. As informações obtidas serão usadas para planejar e melhorar a mobilidade urbana de Arapiraca.

NOTÍCIA FALSA

O vice-governador de Alagoas, Ronaldo Lessa (PDT), desmentiu as especulações sobre sua aposentadoria política após o término de seu mandato em 2026. Os rumores, que circulam desde o ano passado, indicavam que ele não se lançaria novamente a um cargo público, mas Lessa utilizou suas redes sociais para esclarecer que essas informações eram falsas, chamando-as de "fake news".

TRAJETÓRIA POLÍTICA

Em uma entrevista recente, Lessa admitiu que sua aposentadoria em 2026 não é impossível, mas enfatizou que se encontra com boa saúde, o que sugere que ele ainda tem interesse em continuar sua trajetória política. Essa declaração gerou a expectativa de que o vice-governador possa disputar outro cargo, mas ele ainda não fez um anúncio definitivo sobre seus planos futuros, mantendo em aberto a possibilidade de sua permanência na política.

NOVOS DESDOBRAMENTOS

Apesar de desmentir as especulações, a postura de Lessa deixa espaço para novos desdobramentos, com a possibilidade de que ele revele suas intenções políticas mais adiante, conforme o fim de seu mandato se aproxima. O vice-governador continua sendo uma figura relevante na política alagoana, e o mistério sobre seu futuro político segue atraindo a atenção, com a expectativa de mais declarações à medida que 2026 se aproxima.

HOSPITAL DE EMERGÊNCIA

O Hospital de Emergência do Agreste (HEA), em Arapiraca, realizou sua terceira captação de múltiplos órgãos, solidificando-se como referência em doações na região. A doação foi realizada após a confirmação de morte encefálica de um agricultor de 28 anos, vítima de traumatismo cranioencefálico (TCE). Com a autorização da família, órgãos como fígado, rins e córneas foram captados para transplante em pacientes de Alagoas e Rio Grande do Norte.

DOAÇÃO DE ÓRGÃOS

Todo o processo seguiu as normas do Ministério da Saúde e foi coordenado pela Comissão Intra-Hospitalar de Doação de Órgãos e Tecidos (CIHDOTT). A equipe médica, após a confirmação do falecimento, obteve o consentimento familiar, que autorizou a doação dos órgãos em meio ao luto. A operação foi realizada com eficiência, garantindo que os órgãos fossem captados de forma segura.

SOLIDARIEDADE DA FAMÍLIA

A agilidade da Central de Transplantes de Alagoas e da Secretaria de Estado da Saúde (Sesau) foi essencial para a viabilidade da captação. A diretora-geral do HEA, Bárbara Albuquerque, destacou o gesto de solidariedade da família e o compromisso da equipe médica. Esta captação bem-sucedida reforça a importância da doação de órgãos e inspira mais pessoas a se tornarem doadoras.

• • • • • • • • • • • • • • •

… Uma mulher foi sequestrada no último domingo, 6, no bairro João Paulo II, em Arapiraca. O crime ocorreu nas proximidades da Feira da Troca, onde a vítima foi agredida, amarrada e forçada a entrar em um carro modelo Onix, de cor vermelha, por homens que fugiram em direção desconhecida. O ato foi presenciado por populares, que acionaram a Polícia Militar.

… De acordo com as testemunhas, os suspeitos seriam de Maceió, e um deles estava usando uma camisa do time CSA. A PM realizou buscas na área com base nas informações obtidas, mas não conseguiu localizar o veículo ou os envolvidos. A guarnição também tentou verificar câmeras de segurança na região, mas os equipamentos estavam fora de funcionamento.

Presos homicidas no Benedito Bentes

Operação combate facções criminosas e prende suspeito de integrar grupo de encapuzados que vem espalhando terror

A Polícia Civil, por meio da Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), deflagrou, nas primeiras horas de ontem, uma operação na parte alta de Maceió, com objetivo de combater facções criminosas e prender envolvidos em crimes de homicídios que atuam na região.

Foram cumpridos dois mandados de prisão e sete de busca e apreensão. Um dos presos na operação pelo crime de homicídio tem 19 anos, e também é suspeito de integrar o grupo de encapuzados que vinha aterrorizando moradores da região com ações violentas, uso de armas de grosso calibre. O outro capturado, acusado de homicídio, tem 21 anos.

A ação foi coordenada pelos delegados Thiago Prado e Marcelo Rios, da DHPP, e se concentrou principalmente nos bairros do Benedito Bentes e Cidade Universitária.

O efetivo operacional utilizado na operação contou com policiais civis da Coordenadoria de Recursos Especiais Tigre (Core/Tigre), Operação Policial Litorânea Integrada (Oplit) e Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP).

Já o Instituto Médico Legal Estádio de Lima (IML) confirmou, nesta segunda-feira (7), o resultado de exame de necropsia realizado no corpo da jovem Marcela Valentina (M.H.M.O.), de 20 anos. De acordo com o laudo da Polícia Científica de Alagoas, ela morreu em decorrência de um traumatismo cranioencefálico (TCE).

O perito médico legista Alan Zaidan explicou que os ferimentos foram provocados por um instrumento contundente. Com o uso de swabs, foram coletadas amostras de material biológico do ânus e da boca da vítima para análises complementares e também foram recolhidas as próteses ungueais (unhas postiças) para exames biológicos.

Natural de Tocantins, mas residente no bairro Salgado, em Caruaru (PE), Marcela trabalhava como maquiadora. O corpo dela foi encontrado na manhã de sexta-feira (4), em estado de abandono, enrolado em uma lona e deixado na calçada de uma escola estadual no bairro de Jatiúca.

ASCOM PC/AL



Policiais realizaram ontem uma operação em bairro da parte alta de Maceió após encapuzados levarem medo às populações ali residentes

EDVAN FERREIRA / AGÊNCIA ALAGOAS



Governador Paulo Dantas será um dos homenageados da noite

Prêmio Selma Britto celebra 10 anos com homenagens a várias personalidades de Alagoas

A noite de 8 de abril promete ser memorável para a cultura e o reconhecimento em Alagoas. O prestigiado Prêmio Selma Britto, que leva o nome de uma das mais notáveis figuras da sociedade alagoana, chega à sua 10ª edição, consolidando-se como uma das maiores honrarias do estado. O evento acontecerá às 20h, no Hotel Jatiúca, reunindo autoridades, artistas, gestores e personalidades que se destacaram por suas contribuições ao desenvolvimento de Alagoas e do Brasil.

Ciado para homenagear nomes que se destacam em suas áreas com mérito e originalidade, o prêmio é conduzido por uma comissão técnica criteriosa, que avalia cada indicação ao longo do ano. Desde sua criação, um dos princípios do evento é não repetir homenagens, garantindo que sempre novos talentos e lideranças sejam valorizados.

Neste ano, o prêmio bateu recordes: foram mais de 235 indicações, das quais 16 personalidades foram selecionadas para receber o troféu. Entre os homenageados estão nomes como Dr. Lean Araújo (Procurador-Geral de Justiça), Gabriel Cedrim (Presidente da ABIH/AL), Chef Breno Gama (Restaurante Maria Antonieta), Governador Paulo Dantas, Vice-prefeito Rodrigo Cunha, Juíza Eliana Acioly Machado, entre outros.

Ao longo da década, o prêmio evoluiu. Se antes contemplava apenas quatro categorias (Cultura, Turismo, Gestão e Empreendedorismo), hoje sua abrangência se estende a outras áreas igualmente relevantes.

Entre os demais homenageados estão: Jorge Dantas – Prefeito de Pão de Açúcar e vice-presidente da AMA; Adeildo Sotero – Presidente da Fecomércio; Dr. Hélvio Ferro Chagas – Médico intensivista; Otoni Veríssimo – Diretor-geral do Hospital do Coração; Marcus de Jesus – Ator, humorista e diretor; Deputado Estadual Bruno Toledo; Joãozinho Sampaio – Superintendente do Cesmac; Dr. Daniel Bernardes – Diretor Administrativo do TC/AL; Marina Fortes - Diretora de Produção - Categoria Áudio e Visual; e Dr . Igor Bittar - Chefe de Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado.

O evento contará ainda com surpresas musicais e outras novidades, além de um elegante coquetel.

Eufrázio

ÂNGULO GERAL



EDMILSON TEIXEIRA
etjornalista@gmail.com

Bronca nas torneiras

A prefeita do Pilar, Fátima Rezende (MDB), tem se manifestado sobre os problemas persistentes no abastecimento de água que afetam diretamente os cidadãos pilarenses. Segundo ela, assim como em muitas cidades alagoanas, o Pilar tem enfrentado tarifas abusivas e serviços de água deficientes. Afirma que esses problemas têm gerado insatisfação entre a população, que clama por soluções eficazes.

MANIFESTO

Fátima Rezende afirmou que já foram feitas cobranças e solicitadas respostas da empresa responsável pela gestão hídrica, a BRK. "O que recebemos são promessas vazias e pouco avanço nas soluções", desabafou. Em resposta à situação crítica, a prefeita protocolou um pedido para que a Assembleia Metropolitana convoque uma reunião extraordinária, visando exigir providências da BRK. É necessário que haja um comprometimento com o atendimento das necessidades da população.

REFORÇO

A deputada Fátima Canuto também se comprometeu a apoiar essa demanda na Assembleia Legislativa, reforçando a necessidade de um plano de ação para resolver os problemas de abastecimento de água em Pilar. "A população de Pilar merece respeito e dignidade no acesso à água", destacou a prefeita. A mobilização em torno desse assunto mostra que a pressão sobre a BRK não cessará até que a empresa cumpra suas responsabilidades e atenda às demandas de quem paga por seus serviços.

EXPECTATIVA

Júlio Cezar, ex-prefeito de Palmeira dos Índios, está prestes a assumir uma nova posição no governo de Paulo Dantas. Com um convite direto do governador recentemente, Júlio se prepara para integrar o primeiro escalão, onde ele carrega a esperança de transformar sua trajetória de vida em oportunidade para Alagoas. A nomeação, que deve ser anunciada em breve, representa não apenas um avanço na carreira política de Júlio, mas também um reconhecimento de sua importância na comunidade.

SISTEMA ELEITORAL

A Comissão de Constituição e Justiça do Senado pode votar nesta quarta-feira (9) a PEC 12/2022, que propõe o fim da reeleição para os cargos de presidente da República, governadores e prefeitos. A sessão está marcada para às 9h. De autoria do senador Jorge Kajuru (PSB-GO), a proposta também prevê que os mandatos passem a ter cinco anos de duração, sem possibilidade de recondução. O relator, senador Marcelo Castro (MDB-PI), apresentou um substitutivo ao texto original.

DE OLHO NA AGRICULTURA

Ontem, o deputado federal Alfredo Gaspar (União Brasil-AL) entregou o 20º trator agrícola fruto de seu mandato, desta vez no município de Colônia Leopoldina. O equipamento, no valor de R$ 128.900, foi destinado à Associação dos Agricultores da Fazenda Formosa e vai atender mais de 100 famílias da região, fortalecendo diretamente a agricultura familiar. Neste seu mandato, o parlamentar ainda tem um crédito de 22 tratores, de um total de 42 que foram disponibilizados ao longo desse período.

PONTO DE VISTA

A presidente do Sindicato dos Médicos de AL, Sílvia Melo, classifica como absurdo o número de faculdades de Medicina em Alagoas – estão previstas 11 novas instituições em diversas cidades do interior, até o fim do ano. A de Penedo já anunciou 60 vagas, mas o Sinmed segue preocupado com a questão. "Somos contra porque não sabemos os parâmetros e qualidade do ensino médico. As autoridades deveriam se empenhar na qualidade dos cursos existentes, ao invés de facilitarem a abertura desses empreendimentos", frisou, criticando a ausência de hospital de referência para aulas práticas.

OUTRAS CIDADES

Além da ampliação de vagas nos cursos antigos, a oferta da graduação médica chegará até Coruripe, Feira Grande, Campo Grande e Coité do Nóia. O de Arapiraca recebeu aval para novos alunos. "Grandes redes privadas estão dispostas a investirem nesse nicho visando alta lucratividade, sem compromisso com vidas humanas e desenvolvimento científico", lamenta a representante da classe médica, enfatizando que a iniciativa é ameaçadora à sociedade, basta analisar a escassez da grade curricular, contribuindo para uma formação acadêmica pouco confiável.

PÃO DE AÇÚCAR

Prefeito de Pão de Açúcar, Jorge Dantas articulou um grande momento em sua cidade para receber na última semana o diretor-presidente do Sebrae Alagoas, Domício Silva. "Foi uma visita enriquecedora, marcada por uma troca de experiências valiosa sobre as ações que estamos desenvolvendo. Volte sempre! É sempre uma honra receber vocês. Seguimos trabalhando juntos pelo crescimento da nossa cidade!", disse Dantas.

PENEDO

No próximo sábado o encerramento das festividades de Penedo terá com grande atração, a com a presença do cantor Lenine. Trata-se da Festa Literária (FliPenedo), que culminará com a celebração dos 389 anos de elevação de Penedo à categoria de Vila. O show gratuito acontece a partir das 21 horas, no Largo de São Gonçalo, local onde também acontecerão diversas atividades durante os quatro dias do evento literário.

SANTA LUZIA DO NORTE

A população da pacata cidade de Santa Luzia do Norte está sendo agraciada com uma moderna arquitetura urbana, sobre uma reforma que vem ganhando a Praça de Eventos. "A Praça Central está em reforma e será um espaço maravilhoso para todos os santaluzienses! Os quiosques vêm trazer mais desenvolvimento para o comércio local. O espaço de eventos vai trazer entretenimento e diversão para todos. Porque o futuro se constrói com trabalho", comentou o prefeito Correia.

Antirracismo: Projeto Angola é lançado em União dos Palmares

Ação celebra ancestralidade e promove oficinas, cinema, palestras e cultura

O Projeto Angola Janga – Em defesa da equidade, por uma educação antirracista –, foi lançado na última sexta-feira (4), no Parque Memorial Quilombo dos Palmares, na Serra da Barriga, em União dos Palmares. A iniciativa é do Centro de Formação e Inclusão Social Inaê e do Ministério da Cultura, por meio da Fundação Cultural Palmares. O projeto também conta com o apoio do Governo de Alagoas, através da Secretaria de Estado da Cultura e Economia Criativa, e da Prefeitura de União dos Palmares.

A ação conecta passado, presente e futuro, celebrando a ancestralidade e a força da cultura afro-brasileira por meio de oficinas, mostras de cinema, seminários, palestras e apresentações culturais. Durante toda a semana, estudantes da Escola Estadual Carlos Gomes de Barros participaram de atividades como a Oficina de Dança Afro, Oficina de Gastronomia Afro-brasileira, Cine Oju Obá, Seminário de Intercâmbio Cultural e Oficina de Penteados e Turbantes. O ponto alto do projeto foi a apresentação da peça teatral Angola Janga, que emocionou o público presente no encerramento.

"Ao longo de quase 2 meses de trabalho, hoje, finalmente vai culminar no momento que a gente mais esperava, que é a estreia deste projeto lindo. Fazer esse personagem Zumbi, num ambiente como esse, na Serra da Barriga, o coração, o berço de onde a luta começou e a resistência se fez presente. Um ambiente espiritual, onde a gente começa a sentir, em cada cantinho, a presença da nossa ancestralidade. A estreia foi ao lado da Lagoa, muito representativa, onde foi lá, onde nossos ancestrais lutaram e resistiram", disse o ator Igor Vasconcelos.

A secretária de Estado da Cultura e Economia Criativa, Mellina Freitas, destacou a importância do projeto para a valorização das raízes e para a construção de uma sociedade mais justa. "Apoiar o Projeto Angola Janga reafirma o compromisso do Estado com a promoção da equidade racial e da educação antirracista. Iniciar essa ação na Serra da Barriga, território sagrado da resistência negra, é um gesto de reparação histórica e de valorização da cultura afro-brasileira. É dever do poder público garantir que a memória, a identidade e os saberes do nosso povo sejam preservados, difundidos e respeitados", disse.

A assessora de Governança da Cultura, Alessandra Barros, que esteve presente no lançamento, também ressaltou o papel transformador da arte e da educação. "Esse projeto mostra que é possível transformar realidades por meio da valorização da história e da cultura afrodescendente. As atividades realizadas com os jovens plantam sementes de respeito, identidade e pertencimento", falou.

CONEXÃO
A ação conecta passado, presente e futuro, celebrando a ancestralidade e a forçada cultura afro-brasileira por meio de oficinas, cinema e outras atividades culturais

TRANSFORMADOR
Projeto tem um papel transformador da arte e da educação, mostrando que é possível transformar realidades por meio da valorização da história



VALDICE GOMES – cojira.al@gmail.com

Lançado pelo MIR, Plano Nacional de Políticas para Povos Ciganos terá Comitê Gestor

Lançado em agosto do ano passado, pelo Ministério da Igualdade Racial (MIR), o Plano Nacional de Políticas para Povos Ciganos, instituído pelo Decreto Presidencial 12.128 de 01/08/2024, visa combater o preconceito e a discriminação étnico-racial contra esses povos tradicionais, além de ampliar seu acesso a serviços públicos e direitos sociais. O Plano prevê ainda um Comitê Gestor, que será responsável pelo monitoramento e avaliação. Para isso, o MIR lançou um Edital de seleção dos componentes, cujo resultado final está previsto para ser divulgado no dia 14 deste mês. Além de considerar os povos ciganos como povos e comunidades tradicionais, o Plano Nacional de Políticas para Povos Ciganos reconhece seu pertencimento étnico e as suas formas de organização social, linguística, cultural, familiar e territorial próprias. O documento apresenta oito princípios, que são os valores e diretrizes que irão guiar as ações dos órgãos e entidades envolvidos. Entre os quais constam: o respeito à autodeterminação, à integridade de moradia e de sua territorialidade, ainda que em condição de transitoriedade à plena efetividade dos direitos sociais, econômicos e culturais dos povos ciganos; o reconhecimento do modo de vida tradicional cigano como prática coletiva familiar; a priorização de famílias ciganas em situação de vulnerabilidade social; o reconhecimento do anticiganismo no discurso e nas práticas de preconceito e discriminação étnico-racial contra os povos ciganos, bem como a equidade étnico-racial e de gênero. O Plano tem como metas e/ou objetivos a serem atingidos, combater o anticiganismo como expressão do preconceito, a discriminação étnico-racial e o discurso de ódio contra os povos ciganos; reconhecer a territorialidade própria dos povos ciganos, considerada a dinâmica de itinerância das rotas; reconhecer o direito à cidade, à infraestrutura básica e à moradia digna, em áreas urbanas ou rurais em formato de rancho, bairro, vilas, comunidades ou acampamentos ciganos; ampliar a presença de crianças, jovens e adultos ciganos nas instituições de ensino, em todos os níveis de escolaridade; atender às especificidades dos povos ciganos nas políticas de atenção à saúde; ampliar o acesso dos povos ciganos à documentação civil básica; promover a segurança e a soberania alimentar e nutricional dos povos ciganos; ampliar o acesso das pessoas ciganas ao trabalho, ao emprego, à renda e à seguridade social; valorizar a cultura e promover as práticas e saberes tradicionais dos povos ciganos; e promover o debate da história e da cultura dos povos ciganos no País em colaboração com o sistema de ensino. Segundo o Boletim Extraordinário sobre o Plano, é a segunda política deste tipo no mundo. Com investimento de mais de R$ 6,8 milhões do Ministério da Igualdade Racial, o plano irá implementar ações que asseguram direitos sociais e cidadania aos povos ciganos.

INEG/AL PROPÕE IR NAS ELEIÇÕES EM AL

O Instituto do Negro de Alagoas (INEG/AL) apresentou na segunda-feira (31 de março) ao Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas (TRE/AL) um conjunto de propostas voltadas à promoção da equidade racial nos processos eleitorais do estado. O documento, elaborado para o Comitê de Promoção à Equidade Racial do TRE/AL, propõe medidas concretas para fortalecer a participação política da população negra, historicamente alijada nos espaços de discussão e decisão. Entre as principais propostas estão a criação de uma banca de heteroidentificação no TRE/AL, para realizar a verificação fenotípica de candidaturas negras, o fomento a novas lideranças políticas nas comunidades quilombolas e na capital, além da garantia de financiamento justo para candidatos negros. O Instituto também sugere que candidaturas, especialmente as majoritárias, dediquem tempo específico de propaganda eleitoral para apresentar propostas de combate à desigualdade racial.

PROPOSTAS INCLUEM URNAS ELEITORAIS EM CRQS

Para facilitar o acesso ao voto, o INEG/AL propõe a instalação de urnas eleitorais nas Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs) e a disponibilização de serviços móveis para emissão de títulos eleitorais nesses locais. Durante o encontro, que contou com a participação da comissão dos povos indígenas, a advogada **Sandra Gomes**, representante do INEG/AL, enfatizou a importância da criação da banca de heteroidentificação no TRE/AL. "Vamos manter essa parceria com o TRE e seguir fiscalizando para combater fraudes que prejudicam não apenas a população negra, mas todo o sistema eleitoral", afirmou. O Instituto reafirma seu compromisso em auxiliar o TRE/AL em todas as etapas de implementação das medidas propostas. O Instituto do Negro de Alagoas é uma Organização Não Governamental, constituinte do Movimento Negro em Alagoas, que tem como missão a busca da promoção socioeconômica da população negra alagoana nos espaços privados e públicos. Confira o documento de propostas entregue ao TRE/AL no site do INEG/AL, no link www.inegalagoas.org Fonte: Assessoria de Comunicação INEG/AL.



ATO DE DESAGRAVO POR LUCIANA BARRETO

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro (SJPMRJ), a Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial (Cojira-Rio), a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) e a Comissão Nacional de Jornalistas pela Igualdade Racial (Conajira) promovem, no dia 14 deste mês, ato de desagravo em defesa da jornalista Luciana Barreto, que sofreu ataques racistas em redes sociais, após o seu comentário à fala racista do presidente da Conmebol, Alejandro Dominguez, quando disse que "a Libertadores sem os brasileiros é o mesmo que Tarzan sem a Chita". O ato acontecerá às 17hs, no auditório João Saldanha, na sede da entidade sindical. Os ataques aconteceram no dia 19 de março, mas é importante ressaltar que Luciana segue sendo vítima de ameaças, inclusive físicas. Na semana passada, Luciana Barreto, que é apresentadora do telejornal Repórter Brasil Tarde, da TV Brasil, denunciou à Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância (Decradi), os ataques racistas e ameaças que vem recebendo nas redes sociais da emissora e também em seus perfis pessoais. Também é possível acompanhar no canal do Sindicato, no Youtube @jornalistas_rio .

CURSO "EDUCAR PARA REPARAR..."



Estão abertas inscrições para encontros presenciais do curso "Educar para Reparar: Orçamento Público e Educação Antirracista", que acontecerão em 5 cidades (Porto Alegre, São Paulo, Brasília, Porto Seguro e Salvador) e transmissão pelo YouTube. A formação é dirigida a cidadãos, ativistas de movimentos sociais, estudantes, educadores e gestores que queiram compreender e atuar na elaboração e execução dos orçamentos públicos com uma perspectiva antirracista. O objetivo é formar mil multiplicadores para atuar no combate ao racismo estrutural e fomentar a igualdade racial através do entendimento do financiamento público para a educação básica e da aplicação de políticas antirracistas no contexto escolar. O curso é gratuito. Inscrições através do link www.pensamentonegro.com.br/educar-para-reparar/ Serão 05 módulos, com aulas online e encontros síncronos presenciais nas 5 cidades citadas. A promoção é do Grupo de Pesquisa Pensamento Negro Contemporâneo da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), coordenado por **Richard Santos**, em parceria com a UNEGRO, e financiamento da SECADI/MEC. Fonte: www.revistaafirmativa.com.br .

PNAB PARA O PATRIMÔNIO CULTURAL

Está no ar a página "Aldir Blanc Patrimônio", criada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) para centralizar informações e orientações sobre como usar a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB) para a preservação, salvaguarda e fomento do Patrimônio Cultural Brasileiro. Agora, gestores públicos, servidores, organizações da sociedade civil e demais interessados em promover o patrimônio nacional em seus municípios e estados têm um espaço especial que facilita e incentiva a implementação de projetos culturais em diversas regiões do País. A página explica em detalhes como incluir ações e projetos relacionados ao patrimônio cultural nos Planos de Ação e nos Planos de Aplicação Anual de Recursos (PAAR) dos entes federativos. Também permite a consulta de toda a documentação legal necessária (legislação, pareceres jurídicos, resoluções e comunicados), materiais de orientação (guias práticos, tutoriais, cartilhas e manuais) e modelos de editais e termos de referência a serem aplicados para diferentes objetivos (gestão, fomento, salvaguarda, etc.). Fonte: Assessoria. Saiba mais em www.iphan.gov.br .

Eufrázio

Casal renegocia dívidas com até 100% de desconto em juros e multas

Para aproveitar benefícios, clientes devem entrar em contato através do telefone 0800 881 8282

Quem está em dívida com a Companhia de Saneamento de Alagoas (Casal) que possuem contas em atraso há mais de 90 dias tem uma oportunidade especial para regularizar sua situação financeira. A campanha "Casal Desconto Legal" oferece descontos de até 100% em juros, multas e correções monetárias para quem deseja quitar seus débitos. A iniciativa segue até o final de abril e é válida para consumidores em todo o estado.

Para aproveitar os benefícios, os clientes devem entrar em contato através do telefone 0800 881 8282, canal exclusivo para renegociação com condições especiais. Ao regularizar sua situação, o cliente garante não apenas os descontos oferecidos, mas também outros benefícios importantes como a regularização do CPF, possibilidade de parcelamento e o restabelecimento do fornecimento de água em casos de suspensão do serviço.

PARCERIA

A Casal firmou uma parceria com o Banco do Brasil para ampliar as oportunidades de negociação. A partir de agora, a cobrança administrativa de clientes inscritos ou não na Dívida Ativa, incluindo débitos ajuizados ou não, será feita diretamente pelo Banco do Brasil, que oferecerá condições vantajosas para a renegociação.

DIVULGAÇÃO



Casal firmou uma parceria com Banco do Brasil para amplicar oportunidades de negociação com clientes inscritos ou não na Dívida Ativa

A promoção se estende a clientes que residem em cidades atualmente operadas pelas concessionárias BRK Alagoas, Águas do Sertão e Verde Alagoas. Consumidores com faturas não quitadas em nome da Casal podem aproveitar as condições especiais da campanha. No entanto, débitos registrados em nome da companhia não poderão ser negociados diretamente com as concessionárias.

Caso o cliente receba uma ligação do Banco do Brasil informando sobre pendências com a Casal, a recomendação é aproveitar a oportunidade e regularizar a situação o quanto antes. A negociação permite evitar o acúmulo de juros e demais penalidades associadas ao atraso no pagamento.

Para mais informações, além do telefone de renegociação, a Casal disponibiliza o Fone Fácil 0800 082 0195. O atendimento funciona de segunda a sexta-feira, das 7h às 20h, e aos sábados e domingos, das 7h às 19h, com ligações gratuitas. Acompanhe também o nosso Instagram @casal.alagoas e fique atualizado sobre as nossas ações.

SERVIÇO

Campanha: "Casal Desconto Legal"
Período: até o final de abril de 2025
Renegociação de dívidas: 0800 881 8282
Informações adicionais: Fone Fácil 0800 082 0195 (segunda a sexta, das 7h às 20h; sábados e domingos, das 7h às 19h)

Sistema Fiea apresenta programa "Cidade do Amanhã" a prefeitos na AMA

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de Alagoas (Fiea), José Carlos Lyra de Andrade, foi recebido na sede da Associação dos Municípios Alagoanos (AMA), a manhã de ontem (7/4), em Maceió, para apresentar o programa "Cidade do Amanhã – Sesi Senai" aos prefeitos.

Acompanhado por uma equipe técnica do Sistema Fiea, José Carlos Lyra destacou que a aproximação entre os municípios e as entidades do Sistema Indústria é estratégica para transformar realidades locais. "O estado é formado pelos municípios, e é neles que o desenvolvimento precisa acontecer. A Casa da Indústria está de portas abertas para ouvi-los e colaborar com soluções sob medida", afirmou.

Compuseram a mesa do evento o presidente da AMA e prefeito de Coruripe, Marcelo Beltrão; o vice-presidente da AMA e prefeito de Pão de Açúcar, Jorge Dantas; e o presidente da União dos Vereadores de Alagoas (Uveal), Neto Bonfim. A comitiva do Sistema Fiea contou com o superintendente do Sesi e diretor regional do Senai, Carlos Alberto Paes; a diretora de Educação e Tecnologia do Sesi Senai, Cristina Suruagy; a diretora de Marketing e SSI, Cláudia Piatti; gerentes e coordenadores das entidades.

FIEA



Iniciativa do Sesi e Senai busca impulsionar desenvolvimento com educação, inovação e empreendedorismo

Durante a apresentação, Cristina Suruagy detalhou os três pilares do Cidade do Amanhã: Capacita, Empreende e Lidera. Entre outros benefícios, as iniciativas visam a oferecer cursos técnicos de curta duração adaptados às vocações econômicas de cada município, estimular o empreendedorismo local com apoio técnico e mentorias, além de fortalecer a gestão educacional por meio da revisão dos Planos Municipais de Educação (PME) e do uso estratégico de dados.

"O Sesi e o Senai oferecem soluções educacionais alinhadas às demandas de cada território, com foco na empregabilidade e no desenvolvimento sustentável", explicou Cristina. Ela também destacou que Alagoas se destaca no cenário nacional com o melhor desempenho do Senai em avaliações e um índice de 86% de empregabilidade entre seus egressos, e conta com o 1º Hub Senai do país para promover o empreendedorismo inovador.

Marcelo Beltrão elogiou a iniciativa e ressaltou a relevância da parceria com o Sistema Fiea. "As ações do Sesi e Senai têm sido fundamentais na formação de mão de obra e na geração de renda. O programa de gestão escolar do Sesi, por exemplo, é essencial para a captação de recursos do novo Fundeb", afirmou.

Com estrutura física, técnica e metodológica presente em todo o estado, por meio das unidades em Maceió e Arapiraca, além das unidades móveis, o Sistema Fiea se coloca como um parceiro estratégico para os municípios, oferecendo soluções que dialogam com as necessidades reais das comunidades.

J J DE OLIVEIRA LIMPEZA, CNPJ: 40.678.669/0001-51, CJ HERNESTO MARANHAO, SN, Centro, MATRIZ DE CAMARAGIBE/AL torna público que requereu **ao IMA/AL** a sua Autorização Ambiental para a atividade de Transporte de Resíduo Perigoso - ATRP**.**

NOME DA EMPRESA: **CASTELO BRANCO COMERCIO E SERVICOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 08.007.562/0001-79, situada na AV WALFRIDO GERONIMO DA ROCHA,105 C, TABULEIRO DOS MARTINS, Maceió - Al, 57.060-972, com ATIVIDADE PRINCIPAL: Atividades veterinárias. Torna público que requereu a SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO – SEMURB, Maceió/AL, a **RENOVAÇÃO AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL, de "RENOVAÇÃO DE OPERAÇÃO", para o empreendimento denominado "PINK SHOW & CIA",** situada na AV WALFRIDO GERONIMO DA ROCHA,105 C, TABULEIRO DOS MARTINS, Maceió - Al, 57.060-972. - Foi solicitado o Plano de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos saude (PGRSS).

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO/AL
AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRENCIA 01/2024 /SEMED

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO, por meio do Agente de Contratação, torna público aos interessados a realização de licitação na modalidade CONCORRENCIA Nº 01/2025 - SEMED, do tipo MENOR PREÇO sob o critério de execução indireta sob o regime de empreitada por preço unitário. Objeto: Contratação de Empresa Especializada para Construção do Centro Educacional Professor Ernani Figueiredo Magalhães no Município de Porto Real do Colégio/AL. Data/Hora: 28 de abril de 2025, as 08h00min. O edital do processo encontra-se a disposição no sitio do município no sistema do www.licitanet.com.br, licitacao.portoreal@gmail.com ou no endereço eletrônico: http://www.portorealdocolegio.al.gov.br. Porto Real do Colégio, 07 de ABRIL de 2025. Priscila Souza Moura. Agente de Contratação.

COMPANHIA DE EDIÇÃO, IMPRESSÃO E PUBLICAÇÃO DE ALAGOAS CEPAL
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO ELETRONICO Nº 001/2025

Objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de limpeza/conservação predial, com fornecimento de insumos necessários a prestação dos serviços a serem executados nas dependências da Companhia de Edição, Impressão e Publicação de Alagoas-CEPAL. Tipo: Menor preço por item. Data de realização: 02/05/2025, às 10:00h (horário local). O edital encontra-se a disposição dos interessados através do site http://www.bnc.org.br. Dúvidas através do e-mail licitacaocepal@gmail.com.

CEPAL - Alagoas, 07 de abril de 2025.
MAURICIO CAVALCANTE BUGARIM
Presidente

JUÍZO DE DIREITO DA 27ª Vara Cível da Capital / Família
EDITAL DE INTERDIÇÃO

PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, devendo ser publicado 01(uma) vez.
PROCESSSO Nº: 0714966-53.2024.8.02.0001

O(A) Doutor(a) Nirvana Coelho Bernardes de Mello, Juiz de Direito da Maceió, Estado de Alagoas, na forma da lei etc. FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por esse Juízo e Cartório da 27ª Vara Cível da Capital / Família, nos termos dos autos da Ação de Interdição/Curatela, tombados sob nº 0714966-53.2024.8.02.0001, proposta por Lucia de Fatima de Freitas Mendes e Rejane Maria de Freitas Mendes e outros em favor do interditando: Maria Áurea de Freitas Mendes, conforme parte dispositiva da sentença do seguinte teor: " Diante do exposto, considerando os arts. 1.768 e 1.767, ambos do Código Civil, e o parecer favorável do representante do Ministério Público, tenho por bem JULGAR O PEDIDO PROCEDENTE e DECRETAR A INTERDIÇÃO de Maria Áurea de Freitas Mendes, nos termos do art. 759 do CPC, combinado com o art. 755, §3º, também do referido diploma legal, nomeando curadora as suas filhas, ora requerentes, Rejane Maria de Freitas Mendes e Lúcia de Fátima de Freitas Mendes, que deverão prestar compromisso legal, após cumpridas as formalidades legais, bem como serem advertidas das obrigações resultantes do munus assumido". E para que não se alegue ignorância, mandei passar o presente edital, que será afixado no átrio deste Fórum e publicado na Imprensa Oficial e em jornal de grande circulação. Dado e passado nesta cidade de Maceió, Estado de Alagoas, aos 25 de março de 2025. Eu,______Flávio Luiz de Lima Mendonça, que digitei, conferi e subscrevo.

.Nirvana Coelho Bernardes de Mello
Juiza de Direito

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
AVISOS DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2025

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇOS DE LAVAGEM DE VEÍCULOS (LAVA A JATO)**, para a frota oficial de veículos automotores de pequeno, médio e grande porte (caminhões, ônibus e agrícolas). Tipo: Menor Preço, Data e hora da sessão de disputa: 30/04/2025, às 09h00min (horário de Brasília). LOCAL: Sistema eletrônico do BNC - BOLSA NACIONAL DE COMPRAS, através do site www.bnc.org.br. Os interessados poderão retirar o Edital através do site: https://sai.io.org.br/al/palmeiradosindios/site/licitacoes o no site: www.bnc.org.br e se credenciarem junto ao BNC - BOLSA NACIONAL DE COMPRAS, no endereço http://bnc.org.br/sistema. A íntegra deste Edital e seus anexos também estão disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). - Informações pelo e-mail: licitacoesdiretoria@gmail.com. Palmeira dos Índios - Alagoas, 01 de abril de 2025. Sara Karolina Ribeiro Ferro Rodrigues de Sena - Pregoeira, Port. nº 261/2025.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
AVISO DE LICITAÇÃO

A DPE/AL (UASG: 457697) torna pública a realização da seguinte licitação:
Pregão Eletrônico nº 90013/2025 - Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos automotivos, com fornecimento de peças - Data e Horário da sessão pública: 09 de maio de 2025 às 08:00 horas.
Pregão Eletrônico nº 90014/2025 - Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de totens de autoatendimento e acessórios - Data e Horário da sessão pública: 16 de maio de 2025 às 08:00 horas.
Pregão Eletrônico nº 90015/2025 - Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de suprimentos de informática - Data e Horário da sessão pública: 23 de maio de 2025 às 08:00 horas.
O edital pode ser retirado gratuitamente no sítio **https://www.gov.br/compras/pt-br**, maiores informações através do e-mail **cpl@al.def.br**

Maceió, 07 de abril de 2025.
Meliana Martin
Pregoeira

PUBLIQUE AQUI!
82.3316-5855
ATOS OFICIAIS, BALANÇOS E EDITAIS.
JORNAL TRIBUNA INDEPENDENTE | Portal TRIBUNAHOJE.com
SOLICITE SEU ORÇAMENTO PELO E-MAIL:
comercial.tribunaindependente@gmail.com
ÚNICO JORNAL STANDARD DE CIRCULAÇÃO DIÁRIA NO ESTADO DE ALAGOAS

VERDE AMBIENTAL ALAGOAS S.A.,

CNPJ/ME nº 44.992.350/0001-57 - NIRE 27300070490

sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Um ativo intangível é desreconhecido no momento de sua venda, ou seja, na data em que o comprador obtém o controle sobre o ativo, ou quando não se prevê que ele gere benefícios econômicos futuros, seja por uso ou venda. Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo — calculado como a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo — é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. Contrato de concessão classificados como intangível: Os contratos de concessão são reconhecidos conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, que estabelece as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas se enquadrem no seu âmbito de aplicação. A infraestrutura objeto do ICPC 01 não é registrada como ativo imobilizado da concessionária, uma vez que o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle sobre o uso da infraestrutura de serviços públicos. Em vez disso, ocorre a cessão da posse desses bens para a prestação de serviços públicos, com a condição de que, ao término do contrato de concessão, os bens sejam revertidos ao poder concedente, sendo devida a indenização à concessionária pelos investimentos não amortizados, quando aplicável. O concessionário tem permissão para operar a infraestrutura, exclusivamente para a prestação de serviços públicos em nome do poder concedente, conforme estipulado no contrato de concessão, atuando como prestador de serviços por um período determinado. A concessionária reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito de cobrar dos usuários pela prestação dos serviços públicos, não possuindo, no entanto, o direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente. No contexto de um contrato de concessão, a estimativa da vida útil é determinada pelo período compreendido entre o momento em que a entidade se torna habilitada a cobrar dos usuários pelo uso da infraestrutura e o término do período de concessão. **2.9. Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. Classificação dos ativos e passivos financeiros: Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: • O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e • Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: • O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e • Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado. Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. Em geral, todos os outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros: A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas ("PCE") sobre investimentos em instrumentos da dívida mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, valores a receber de arrendamento, valores a receber de clientes e ativos de contrato, bem como contratos de garantia financeira. Para os instrumentos financeiros, a Companhia reconhece a PCE durante a vida útil quando há um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Porém, se o risco de crédito sobre o instrumento financeiro não tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, o Grupo mensura a provisão para perdas para aquele instrumento financeiro em um valor correspondente à PCE do período de 12 meses. A PCE durante a vida útil representa as perdas de crédito esperadas decorrentes de qualquer evento de inadimplência possível durante a vida estimada de um instrumento financeiro. Por outro lado, a PCE do período de 12 meses representa a parcela da PCE durante a vida útil que deve resultar dos eventos de inadimplência de um instrumento financeiro que sejam possíveis em um período de 12 meses após a data de relatório. Baixa de ativos e passivos financeiros: A Companhia baixa um ativo financeiro apenas quando os ativos de contrato aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo para outra entidade. Se a Companhia não transfere ou retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e continua a controlar o ativo transferido, a Companhia reconhece sua parcela retida no ativo e um correspondente passivo em relação aos valores que a Companhia pode ter que pagar. Se a Companhia retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade de um ativo transferido, a Companhia continua a reconhecer o ativo financeiro e reconhece ainda um empréstimo garantido em relação aos recursos recebidos. A Companhia baixa um passivo financeiro se, e apenas se, suas obrigações são retiradas, canceladas ou quando elas vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contraprestação paga e a pagar é reconhecida no resultado. A Companhia contabiliza a modificação substancial dos termos e as condições de um passivo existente, ou parte dele, como liquidação do passivo financeiro original e baixa do novo passivo. **2.10. Tributos:** Imposto de renda e contribuição social – correntes: Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios correntes e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser pago para as autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado nos países em que a Companhia opera e gera lucro tributável. Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. Imposto de renda e contribuição social – diferidos: Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: • Quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e • Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo. Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto: • Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal); e • Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos, a Companhia confia em premissas de projeções usadas nas demonstrações financeiras e em outros relatórios da administração, que, entre outras coisas, refletem o impacto potencial de assuntos relacionados ao clima nos negócios, como o aumento do custo de produção. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, as entidades referidas possuem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e as entidades pretendam fazer ou receber esse pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada pela Companhia se, e somente se, a entidade tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária: (i) na mesma entidade tributável; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados. **2.11. Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da Companhia; • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e • É caixa e equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstrativo dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado como não circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da Companhia; • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e • A Companhia não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção de contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos como não circulantes. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **2.12. Arrendamentos:** A companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. ***Ativos de direito de uso:*** A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamentos recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo: • Aluguel de imóveis 3 a 5 anos; • Veículos automotores e outros equipamentos: 2 a 3 anos. ***Passivos de arrendamento:*** Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos, menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor: A Companhia aplica a isenção de reconhecimento a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **2.13. Estoques:** O estoque de produtos está organizado em polos e é composto, principalmente, por materiais destinados à manutenção, reparos e investimentos nos sistemas de água e esgoto operados pela Companhia. Os itens são avaliados pelo menor valor entre o custo médio e o valor realizável líquido. **2.14. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Outras divulgações relacionadas a perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (exceto os indicados nesta Nota) estão disponíveis nas notas explicativas abaixo: • Imobilizado - Nota 2.6 • Intangível - Nota 2.8. A Administração realiza anualmente a revisão do valor recuperável dos ativos, com o objetivo de avaliar a ocorrência de eventos ou mudanças nas condições econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável. Caso sejam identificadas evidências de desvalorização e o valor contábil líquido do ativo exceda seu valor recuperável, é constituída uma provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é definido como o maior valor entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis nesse sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis. A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano. **2.15. Provisões:** Geral: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: As provisões são reconhecidas para todas as contingências relacionadas a processos judiciais nas quais seja provável a necessidade de uma saída de recursos para liquidar a obrigação e para as quais seja possível fazer uma estimativa razoável. A avaliação da probabilidade de perda envolve a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências relevantes, as decisões mais recentes dos tribunais e sua aplicabilidade no contexto jurídico, além da consulta aos advogados externos. As provisões são revistas e ajustadas conforme as mudanças nas circunstâncias, como prazos de prescrição aplicáveis, resultados de inspeções fiscais ou novas exposições identificadas devido a novos fatos ou decisões judiciais. **2.16. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste. **3. Novas normas e interpretações: 3.1. Novas normas e interpretações:** Pronunciamentos novos ou aplicados pela primeira vez em 2024: Normas emitidas e vigentes: Na preparação das demonstrações financeiras, a Diretoria da Companhia considera, quando aplicável, as novas revisões e interpretações às IFRS e os pronunciamentos técnicos, emitidos pelo IASB e pelo CPC. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não ocorreu nenhuma alteração que afetasse as demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor, tais com: Alterações a IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras/CPC 26 Apresentação de Demonstrações Financeiras: Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de De-

(...) Continuação (...) VERDE AMBIENTAL ALAGOAS S.A., CNPJ/ME nº 44.992.350/0001-57 - NIRE 27300070490

As principais características e o saldo de arrendamentos são compostos da seguinte forma:

Natureza do arrendamento	Taxa a.a. (%)	Amortização mensal	31/12/2024	31/12/2023
Aluguel de veículos	1,13	326	4.740	4.283
Aluguel de imóveis	1,13	32	1.031	1.587
Total			5.771	5.870
Circulante			-	2.332
Não circulante			5.771	2.877

14. Provisões para contingências: O cálculo da provisão para contingências foi realizado com base no relatório das ações de natureza civil, considerando a avaliação dos consultores jurídicos, tanto internos quanto externos. Esse cálculo abrange os processos em que a empresa figura como ré e cuja chance de perda é superior a 50%, sendo classificada como mais provável. a) Processos de natureza cível: Correspondem a ações judiciais classificadas como reclamações cíveis, abrangendo, principalmente, disputas relacionadas a contestações de consumo e questões de responsabilidade civil. As movimentações das provisões para processos judiciais foram realizadas da seguinte forma:

	Reclamações cíveis
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-
(+) Provisões adicionais reconhecidas	69
(-) Reduções decorrentes de remensuração e valores não usados, estornados	-
(-) Pagamentos	(53)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	16
(+) Provisões adicionais reconhecidas	431
(-) Reduções decorrentes de remensuração e valores não usados, estornados	-
(-) Pagamentos	(245)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	202

b) Processos com probabilidade de perda classificada como possível: A Verde Ambiental Alagoas está envolvida em outros processos judiciais em curso, tanto em esferas administrativas quanto judiciais, no montante de R$ 6.580. No entanto, como a probabilidade de perda é considerada possível, sendo nenhuma provisão foi registrada. **15. Patrimônio líquido:** a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2024 o capital social integralizado e a integralizar da Companhia é de R$ 141.457.000, dividido em 141.457.000 ações ordinárias, nominativas e no valor de R$ 1,00 (um real) por ação. A Companhia foi constituída em 14 de janeiro de 2022 com subscrição inicial de 1, aprovada em Ata de Assembleia Geral de Constituição (AGC). Durante o exercício de 2022 ocorreu uma subscrição de capital no total de 49.999 ações, aprovada através de Reunião de Conselho de Administração (RCA) na data de 10 de fevereiro de 2022. Em 06 de março de 2023 a Companhia realizou subscrição de capital no total de 5.000, aprovada através de Reunião de Conselho de Administração (RCA). Todas as subscrições foram divididas em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal no valor de R$ 1,00 (um real) por ação. Ao longo do ano de 2024, a Companhia realizou duas subscrições de capital no valor total de 86.457, distribuída em duas fases: a primeira, no mês de março, no montante de 3.000, e a segunda, em dezembro, no valor de 83.457. Ambas as operações foram aprovadas em Reuniões do Conselho de Administração. As subscrições foram realizadas por meio da emissão de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com valor unitário de R$ 1,00 (um real) por ação. Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia é composto como se segue:

	%	31/12/2024	%	31/12/2023
Cymi Saneamento e Participações S.A.	90%	127.311	90%	49.500
Aviva Ambiental S.A.	10%	14.146	10%	5.500
	100%	141.457	100%	55.000

b) Dividendos: De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo anual obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido do exercício, em conformidade com os artigos 193 a 198 da Lei nº 6.404/76. A Companhia, seguindo a Legislação vigente, artigo 189 da Lei nº 6.404/76, apurou prejuízos no período de 14 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024. Sendo assim não houve distribuição do resultado desde a constituição da Companhia. c) Reserva legal: Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder de 30% do capital social. Esta reserva deve ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. A Companhia não constituiu reserva legal em virtude da apuração de prejuízos no período de 14 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024, conforme artigo 189 da Lei 6.404/76. **16. Receita operacional líquida:** A apresentação das receitas leva em consideração a política de reconhecimento de receitas estabelecida pela legislação fiscal, que não considera o conceito de transferência do controle estabelecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas normas internacionais de relatório financeiro. Abaixo é demonstrada a conciliação dessas receitas com as receitas de contrato com cliente divulgadas nestas demonstrações financeiras.

	31/12/2024	31/12/2023
Receita de contrato de clientes		
Abastecimento de água	80.825	64.184
Coleta de Esgoto	14.847	11.777
Serviços complementares	4.516	1.411
Receita líquida tributável	100.188	77.372
Deduções tributárias das receitas	(12.423)	(7.389)
Receita líquida total	**87.765**	**69.983**

As receitas da Companhia estão sujeitas a determinados tributos e contribuições (apresentados acima em deduções das receitas), os quais são arrecadados em nome da autoridade fiscal e não resultam em aumento do patrimônio líquido da Companhia. Esses tributos e contribuições relacionam-se substancialmente a Programa de Integração Social ("PIS") com alíquota de 1,65%, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") sob alíquota de 7,6% e Taxa da Agência Reguladora de Serviço Público do Estado de Alagoas ("ARSAL"), sob alíquota de 0,5% do faturamento.

	31/12/2024	31/12/2023
Receita de construção (*)	16.233	6.323
	16.233	**6.323**

(*) Receita de construção de acordo com o IFRIC12 / ICPC01 (R1).

17. Custo do serviço prestado	31/12/2024	31/12/2023
Compra da água	(19.872)	(18.876)
Pessoal	(18.183)	(16.603)
Serviços profissionais	(5.039)	(3.577)
Materiais	(4.366)	(6.190)
Energia	(6.830)	(4.773)
Aluguéis	(1.010)	(1.166)
Veículos	(2.636)	(2.216)
Depreciação e amortização	(28.278)	(8.487)
Outros custos	(1.090)	(786)
	(87.304)	**(62.674)**

	31/12/2024	31/12/2023
Custo de construção (i)	(16.233)	(6.323)
Custo Total	**(103.537)**	**(68.997)**

(i) O custo de construção é composto, basicamente, por serviços de terceiros, mão de obra, materiais e outros custos necessários para formação da infraestrutura de investimentos previstos no contrato de concessão.

18. Despesas operacionais	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal	(9.370)	(7.103)
Aluguel	(176)	(286)
Depreciação e amortização	(2.125)	(2.742)
Tributos, taxas e contribuições	(69)	-
Materiais	(260)	(250)
Informática	(1.053)	(651)
Energia	(122)	(105)
Telefonia	(116)	(145)
Internet	(212)	(191)
Seguros	(282)	(375)
Viagens	(230)	(231)
Outras despesas	(690)	(14)
Total – Despesas Gerais e Administrativas	**(14.705)**	**(12.093)**

	31/12/2024	31/12/2023
Serviços advocatícios	(201)	(422)
Assessoria e consultoria	(846)	(385)
Limpeza e conservação	(750)	(648)
Fretes e carretos	(44)	-
Recrutamento e seleção	(99)	(141)
Propaganda e publicidade	(95)	(151)
Serviços de auditorias	(32)	(210)
Organização de festas e eventos	(173)	(113)
Outras despesas	(80)	(165)
Total – Serviço de terceiros	**(2.320)**	**(2.235)**

19. Resultado financeiro

	31/12/2024	31/12/2023
Rendimento de aplicação financeira, líquido	7.185	14.490
Outras receitas financeiras	2.021	1.346
Receita financeira	**9.206**	**15.836**
Tarifas bancárias	(1.799)	(1.918)
Juros sobre empréstimos e debêntures	(73.592)	(68.080)
Juros arrendamentos	(753)	(652)
Variação cambial	(4.265)	(17.072)
(-) Capitalização dos Juros – CPC20	66.245	81.413
Outras despesas financeiras	(536)	(402)
Despesa financeira	**(14.700)**	**(6.711)**
Resultado financeiro líquido	**(5.494)**	**9.125**

20. Imposto de renda e contribuição social diferido

Natureza	31/12/2023	31/12/2024 Reconhecido no resultado	31/12/2024 Total
Perdas estimadas com liquidação duvidosa	1.166	2.280	3.446
Provisão para contingências	5	63	68
Prejuízo fiscal/Base negativa	39.838	29.886	69.724
Total do ativo fiscal diferido	**41.009**	**32.229**	**73.238**
Capitalização de juros	22.964	22.206	45.170
Amortização pela curva da receita	8.268	(4.079)	4.189
Total do passivo fiscal diferido	**31.232**	**18.127**	**49.359**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**9.778**	**14.102**	**23.880**

A Diretoria aprovou reconhecimento de ativos fiscais diferidos com base na projeção de lucros tributáveis futuros da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possui prejuízos fiscais gerados no Brasil, no valor de R$88.860 reconhecidos nas apurações fiscais e passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros. As diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente. Ativos fiscais diferidos foram reconhecidos com relação a esses itens, pois é provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar os benefícios destes. A utilização dos saldos de prejuízo fiscal e base negativa são limitados a 30% do lucro fiscal do exercício em que este será utilizado.

Conforme as estimativas da Companhia, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido existente em 31 de dezembro de 2024, dentro dos próximos 10 anos. **21. Instrumentos financeiros:** Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco exercidos pela Companhia. a) Gerenciamento de riscos: Visão geral a Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito. • Risco de liquidez. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos avaliados pela Administração, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e subsidiárias. A Companhia e subsidiárias, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os colaboradores entendam os seus papéis e obrigações. *i) Risco de crédito:* A Companhia detém caixa e equivalentes de caixa mantidos com bancos e instituições financeiras, os quais possuem *ratings*, classificados pelas mais renomadas agências internacionais, entre alta qualidade e mais alta qualidade. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito no final do período de relatório é apresentada a seguir:

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	4	145.081	117.239

ii) Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. b) Classificação dos instrumentos financeiros: É apresentada a seguir uma tabela com o valor contábil dos instrumentos financeiros da Companhia:

	Categoria	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	(A)	145.081	117.239
Fornecedores	(B)	15.891	7.478
Instrumento financeiro derivativo	(A)	-	230.748
Debêntures	(B)	579.343	447.246

(A) Mensurados ao valor justo por meio do resultado; (B) Custo amortizado; A Administração avaliou o valor justo dos instrumentos financeiros acima e não os divulgou, pois são razoavelmente próximos aos seus valores contábeis. c) Hierarquia de valor justo: O conceito de "valor justo" prevê a avaliação de ativos e passivos com base nos preços de mercado, quando se tratar de ativos com liquidez, ou em metodologias matemáticas de precificação, no caso contrário. O nível de hierarquia do valor justo fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado: i) Nível 1: a mensuração do valor justo utiliza preços cotados (não corrigidos) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos. ii) Nível 2: a mensuração do valor justo é derivada de outros insumos cotados incluídos no Nível 1, que são cotados através de um ativo ou passivo, quer diretamente (ou seja, como os preços) ou indiretamente (ou seja, derivada de preços). iii) Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possui mercado ativo. A Companhia detém instrumentos financeiros qualificados no nível 1, correspondentes a depósitos bancários no montante de R$145.081, em 31 de dezembro de 2024. Não houve transferências entre níveis de mensuração na hierarquia do valor justo em 31 de dezembro de 2024. **21.1 Instrumentos financeiros derivativos:** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía os seguintes derivativos em aberto:

Derivativo	Data da contratação	Data do vencimento	Valor de referência (national) – R$	Valor justo ativo (R$)
Swap Citibank	17/02/2023	16/02/2024	230.748	216.197
			230.748	**216.197**

Foi integralmente liquidado em 16 de fevereiro de 2024, a Companhia realizou o pagamento integral do empréstimo mantido junto ao Banco Citibank, no valor total de R$ 216.197. Em 31 de dezembro de 2024, não foram realizadas novas operações com moedas estrangeiras. **22. Seguros:** A Companhia mantém a política de contratar cobertura de seguros de forma global para riscos de engenharia, obras de construção civil, instalação e montagem relacionados aos seus ativos operacionais, especificamente associados ao segmento saneamento básico. Os seguros contratados possuem cobertura sobre responsabilidade civil, danos materiais, entre outros. A cobertura em 31 de dezembro de 2024 está apresentada abaixo:

	Seguradora	Vigência Início	Vigência Final	Garantia segurada	Prêmio
Responsabilidade civil	AIG Seguros	12/04/2024	12/04/2025	34.707	211
Garantia Contratual	EZZE Seguros (ii)	07/03/2024	07/03/2025	91.460	82
Riscos operacionais	AIG Seguros	29/09/2024	29/09/2025	267.806	222
Risco Engenharia	AXA Seguros	31/12/2024	30/12/2026	163.994	154
Risco Engenharia	AXA Seguros	31/12/2023	30/12/2025	69.512	79
Veículos	Sura Seguros (i)	04/02/2024	03/02/2025	2.382	126

(i) Em 04 de fevereiro de 2025 a Companhia renovou o seguro veículos através da apólice de seguro com a Sura Seguros no valor de R$ 134.771,03. (ii) Em 07 de março de 2025 a Companhia renovou o seguro garantia através da apólice de seguro com a EZZE Seguros no valor de R$ 86.324,99. **23. Eventos subsequentes:** Terceira emissão de debêntures: Em 08 de janeiro de 2025, a Companhia deliberou a renovação de debêntures simples, não conversíveis em ações, da modalidade quirografária, destinadas à distribuição pública com esforços restritos. O montante total foi reduzido de R$ 230.000 para R$ 150.000 com vencimento em 8 de janeiro de 2026. As debêntures emitidas possuem juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada da Taxa CDI, acrescidos de um spread de 0,25% ao ano.

Dalmo Silva de Almeida - *Diretor Administrativo e Financeiro;*
Carlos Dagoberto Mendes Ferreira - *Contador Responsável - CRC 007141/O2.*

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Verde Ambiental Alagoas S.A.** Rio de Janeiro – RJ: **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Verde Ambiental Alagoas S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principal assunto de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Infraestrutura da concessão:** Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantinha registrado saldos de ativos intangíveis de concessão e ativos de contrato, divulgados nas notas explicativas 09 e 10, que, em conjunto, representam a infraestrutura da concessão e são reconhecidos com base nos investimentos realizados na construção ou melhoria da infraestrutura. Os ativos intangíveis de concessão são recebidos através da cobrança aos usuários dos serviços prestados via tarifa. A mensuração da infraestrutura de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos de Concessão, e é afetada por elementos subjetivos devido às naturezas diversas dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão. Os ativos de contrato referem-se aos ativos intangíveis de concessão ainda em construção que são transferidos para a rubrica ativo intangível quando entram em operação. O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista as especificidades atreladas ao processo de capitalização de gastos com infraestrutura e à mensuração da infraestrutura de concessão, assim como a relevância dos valores envolvidos. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 incluíram, dentre outros: (i) Obtenção do entendimento do processo e relativos à capitalização de gastos com infraestrutura e mensuração dos ativos relacionados à infraestrutura da concessão; (ii) Testes documental dos gastos incorridos durante o exercício de 2024 com obras em andamento relacionados à construção da infraestrutura de concessão, avaliando a ocorrência, a natureza dos gastos e a correta classificação entre custo capitalizável ou despesas de manutenção; (iii) Teste sobre os custos capitalizados do ativo intangível, quando ocorre o aumento da capacidade e melhoria da rede; e (iv) Recálculo das amortizações reconhecidas no exercício de 2024 e comparação do resultado desses recálculos com os saldos registrados na contabilidade. Como resultado destes procedimentos identificamos ajuste de auditoria, sendo este ajuste não registrado pela administração tendo em vista sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 31 de março de 2025.

ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC SP-015199/F;
Ricardo Gomes Leite - Contador CRC RJ-107146/O.

BANCÁRIOS DE ALAGOAS CONTRAF/CUT

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DAS ELEIÇÕES - MANDATO DE 2025 - 2029

Pelo presente Edital, comunicamos que estão convocadas as eleições para composição do Sistema Diretivo do SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE CRÉDITO DO ESTADO DE ALAGOAS, referente aos cargos da diretoria administrativa, conselho fiscal, conselho de representantes, conselho diretor regional e corpo de suplentes, para o mandato de 2025 a 2029, conforme deliberação da Assembléia Geral Extraordinária dos associados, realizada de forma presencial, no dia 27 de março de 2025, que aprovou o Regimento Eleitoral e elegeu a Comissão Eleitoral.

Os atos eleitorais serão coordenados, processados e acompanhados pela Comissão Eleitoral eleita na referida Assembléia Geral.

As eleições realizar-se-ão nos dias 05 e 06 de junho de dois mil e vinte e cinco, em primeiro escrutínio, de modo presencial/virtual.

A eleição será por voto direto, secreto e on line dos associados, em gozo de suas obrigações sociais, devidamente validado de acordo com os dados constantes do cadastro de associados.

A apuração dos votos iniciará ao final do trabalho de votação no dia 06 de junho de 2025, também será realizada de forma presencial/virtual na sede do sindicato dos bancários de Alagoas.

Conforme o Estatuto do Sindicato e o TITULO - V - DO PROCESSO ELEITORAL, caso não obtido o quórum na primeira convocação, será realizada a eleição em segundo escrutínio nos dias 19 e 20 de junho de dois mil e vinte e cinco, com apuração dos votos ao final do trabalho de votação no dia 20 de junho, também de forma presencial/virtual.

Não sendo atingido o quorum em segundo escrutínio, a comissão eleitoral, no prazo de 48(quarenta e oito) horas, convocará a Assembléia-Geral, a qual declarará vacância da administração a partir do termino do mandato dos membros em exercício. Serão eleitos, então, junta governativa e conselho fiscal para o sindicato, realizando-se novas eleições dentro de três meses.

A Comissão Eleitoral terá um prazo de cinco dias antes da eleição para comunicar o funcionamento do processo virtual, que será desenvolvido pela plataforma VOTA BEM conforme previsto no TITULO - V - DO PROCESSO ELEITORAL.

A votação de forma remota/virtual se dará no horário 08:00 horas do dia 05 de junho/2025 às 17 horas do dia 06 de junho/2025 exclusivamente por acesso através de computador, notebook, celular, tablet ou qualquer outro equipamento de acesso à internet. O Sindicato disponibilizará equipamentos para realização da votação em locais que serão divulgados em até 5 (cinco) dias antes da realização da eleição
.
A votação presencial/virtual será realizada com uma urna on line fixa no prédio sede do sindicato, localizado na Rua Barão de Atalaia, nº 50, Centro, Maceió, além de 8 (oito) equipamentos eletrônicos itinerantes que deverão visitar, inclusive, as agencias do interior do Estado.

Fica aberto o prazo de 09 a 28 de abril de dois mil e vinte e cinco para registro de chapas.

O requerimento de registro e os documentos necessários devem ser entregues presencialmente no horário das 08 às 17 horas, mediante protocolo de recebimento, na Secretaria Geral da entidade, localizada na Rua Barão de Atalaia, nº 50, Centro, nesta cidade, que funcionará em regime de plantão de segunda à sexta-feira (dias úteis), no horário das 08 às 17 horas, para fornecimento de fichas de qualificação, inscrição de chapas e recebimento de documentação, mediante o correspondente recibo.

Poderão se candidatar os associados que contarem com mais de 180 dias corridos de inscrição no quadro social do sindicato, na data das eleições e que estiverem em dia com as suas contribuições.

O requerimento de registro pode ser assinado por qualquer dos candidatos componentes das chapas e deve ser acompanhado dos seguintes documentos: estrutura de composição da chapa, fichas de qualificação dos candidatos fornecidas pelo Sindicato, preenchidas na forma do TITULO - V - DO PROCESSO ELEITORAL e assinadas por cada candidato, cópias das Carteiras de Trabalho e Previdência Social, com qualificação civil, verso e anverso e o contrato de trabalho que comprove o tempo de exercício profissional na base territorial do sindicato. As referidas cópias e fichas de qualificação podem ser substituídas por declaração oficial emitida pelo Sindicato em que constem os dados concernentes ao vínculo empregatício requerido para participar do processo eleitoral, conforme estatuto.

A numeração das chapas obedecerá à ordem de inscrição. As chapas apresentadas deverão conter os nomes de todos os concorrentes, em número não inferior a 1 / 4 dos cargos a preencher, sendo obrigatória a indicação, pelo menos, dos três membros efetivos do Conselho Fiscal.

O requerimento de impugnação de candidatos poderá ser feito no prazo de cinco dias a contar da publicação da relação nominal das chapas registradas, no jornal já utilizado para o edital de convocação da eleição. Informações em geral a respeito do processo eleitoral devem ser solicitadas, exclusivamente, através do e-mail oficial da Comissão Eleitoral, comissaoeleitoral@bancariosal.com.br.

Maceió, 08 de Abril de 2025

A Comissão Eleitoral

APEAL

APEAL ADMINISTRADORA E GESTORA DE CREDITOS IMOBILIARIOS S/A
CNPJ 12.719.654/0001-59
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

De acordo com o artigo 6º, parágrafo 2º do Estatuto Social, são convocados os acionistas da APEAL ADMINISTRADORA E GESTORA DE CREDITOS IMOBILIARIOS S/A, para Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 29/04/2025, por motivo de força maior será no endereço Rua Higia Vasconcelos, 188, Edf. Verde Mar, Ponta Verde, Maceió/AL, e caso haja algum impedimento será na Av. Álvaro Calheiros, 480,Mangabeiras, Maceió /AL, às 15:30 horas, em primeira convocação, para tratar dos seguintes assuntos,constantes da **ordem do dia:**

1. Apresentação e aprovação das demonstrações Contábeis e Balanço do ano de 2024, que se encontram a disposição na sede da empresa para verificação.
2. Novação do FVCS
3. Processos Jurídicos
4. Outros assuntos de interesse da Sociedade.

Maceió/AL, 07 de abril de 2025.
GAUDINOE.G.MOREIRAJUNIOR
Diretor Presidente

AGÊNCIA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE PROCESSOS - AMGESP

AVISO DE LICITAÇÃO – REPUBLICAÇÃO – DOU
AMGESP N.º 038/2025 – DOE, DOU e Jornal Diário De Grande Circulação.

Na publicação veiculada no DOU, no dia 07/04/2025, Aviso de Licitação para o Pregão Eletrônico nº 91.129/2024, páginas 211, seção 3,

Onde se lê "Processo: E:04105.0000000759/2024; Modalidade: Pregão Eletrônico n.º AMGESP - 91.129/2024; Tipo: Menor preço por item; Objeto: Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de EPI (Proteção de Mãos, Tronco e Membros Superiores) 02 - DFD 131/2024 - Data de realização: 25 de abril de 2025, às 09:00h, horário de Brasília",

Leia-se "Processo: E:04105.000000938/2024; Modalidade: Pregão Eletrônico n.º AMGESP - 91.129/2024; Tipo: Menor preço por item; Objeto: Registro de Preços para Futura e Eventual aquisição de correlatos (diversos) 08 – Intenção de RP 161/2024 - Data de realização: 25 de abril de 2025, às 09:00h, horário de Brasília."

Disponibilidade: Endereço eletrônico **www.comprasnet.gov.br;** UASG: 925998; Todas as referências de tempo obedecerão ao horário de Brasília/DF. Informações: 82 3315-7241.

Maceió, 07 de abril de 2025.
Ivan José Duda Filho
Assessor Especial da Superintendência de Contratações Públicas

---

JUÍZO DE DIREITO DA 27ª Vara Cível da Capital / Família
EDITAL DE INTERDIÇÃO

PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, devendo ser publicado 01(uma) vez em jornal de grande circulação
PROCESSSO Nº: 0719269-13.2024.8.02.0001
O(A) Doutor(a) Nirvana Coelho Bernardes de Mello, Juiz de Direito da Maceió, Estado de Alagoas, na forma da lei etc.
FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por esse Juízo e Cartório da 27ª Vara Cível da Capital / Família, nos termos dos autos da Ação de Procedimento Comum Cível, tombados sob nº 0719269-13.2024.8.02.0001, que tem como Interditantes: Rejane Maria de Freitas Mendes, brasileira, divorciada, portadora do CPF: 140.386.764-04 e RG: 274331 SSP AL, residente e domiciliada, na Av. Mario Jorge de Menezes Vieira, nº 685, AP. 401, ED. Luminus Coroa do Meio, Aracaju, Sergipe e Lucia de Fátima de Freitas Mendes, brasileira, divorciada, portadora do CPF: 134.335.474-91 e RG: 2529 CRM AL, residente e domiciliada, na Rua Engenheiro Mario de Gusmão, nº 925, AP. 501, e Interditando: AMARO CARLOS DE FREITAS MENDES, CID F 20.1 brasileiro, solteiro, portador do RG 99001229795 SSP/AL e inscrito no CPF sob o nº 331.657.854-49, Rua Sem. Rui Palmeira, 647, AP 0304, ED. Vitor III, Ponta Verde, CEP Nº 57035-250, Maceió, por Sentença prolatada pelo M.M. Juiz Dr. Nirvana Coelho Bernardes de Mello, datada de 03 de julho de 2024, de acordo com o Artigo 1.767, I, do Código Civil Brasileiro c/c os arts.1.177 e seguintes do Código de Processo Civil, decretou por Sentença a INTERDIÇÃO de AMARO CARLOS DE FREITAS MENDES, , passando a ter como CURADORAS as SRas. Rejane Maria de Freitas Mendes, brasileira, divorciada, portadora do CPF: 140.386.764-04 e RG: 274331 SSP AL, residente e domiciliada, na Av. Mario Jorge de Menezes Vieira, nº 685, AP. 401, ED. Luminus Coroa do Meio, Aracaju, Sergipe e Lúcia de Fátima de Freitas Mendes, brasileira, divorciada, portadora do CPF: 134.335.474-91 e RG: 2529 CRM AL, residente e domiciliada, na Rua Engenheiro Mario de Gusmão, nº 925, AP. 501, Ponta Verde, Maceió, Alagoas, E para que não se alegue ignorância, mandei passar o presente edital, que será afixado no átrio deste Fórum e publicado na Imprensa Oficial, sendo uma publicação por conta das requerentes e a outra publicação cartorária. Dado e passado nesta cidade de Maceió, Estado de Alagoas, aos 04 de novembro de 2024. Eu, _________ Maira Valença Ramalho, Analista Judiciário, que digitei e subscrevi.

Nirvana Coelho Bernardes de Mello
Juiza de Direito

TRIBUNA HOJE.com TODO CONTEÚDO EM VÍDEO VOCÊ ENCONTRA EM NOSSO CANAL NO YouTube BUSQUE POR: PORTAL TRIBUNA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ
AGÊNCIA DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS DE MACEIÓ – ALICC
ERRATA Nº 02 / CHAMAMENTO PÚBLICO
ALICC/SEMED – Nº. 001/2025.

Objeto: CHAMADA PÚBLICA DA AGRICULTURA FAMILIAR Nº 01/2025, conforme edital e anexos.
No aviso CHAMAMENTO PÚBLICO ALICC/SEMED– Nº. 001/2025
ONDE SE LÊ:
(...) para credenciamento de Agricultores individuais, Grupos formais e informais de Agricultores Familiares (...)
LEIA-SE:
(...) para credenciamento de Grupos formais de Agricultores Familiares (...)
Permanecem inalteradas as demais disposições constantes no aviso já divulgado.

Maceió/AL, 07 de Abril de 2025.
MARÍLIA PEIXOTO BARBOSA
Diretor da Diretoria Executiva de Licitações e Contratos ALICC

COMPANHIA DE EDIÇÃO, IMPRESSÃO E PUBLICAÇÃO DE ALAGOAS CEPAL
AVISO

Encontra-se a disposição no endereço eletrônico: www.imprensaoficial.al.gov.br/licitacoes informações sobre coleta de preços para : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA COMPANHIA DE EDIÇÃO, IMPRESSÃO E PUBLICAÇÃO DE ALAGOAS - CEPAL. (82) 3315- 8317.

Maceió, 08 de abril de 2025.

Antonio Philipe da Silva
Coordenação de Compras

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE/AL
AVISOS DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0319003/2025 EDITAL Nº 010/2025 MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS COM FORNECIMENTO DE PEÇAS. DATA DO PREGÃO: 24 de abril de 2025. HORÁRIO DO PREGÃO: 09h:00min. ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 08/04/2025 a partir das 08h:30min até às 09h:00min do dia 24/04/2025.
A sessão pública será realizada no site: https://bnc.org.br. Os interessados poderão obter informações nos endereços eletrônicos: https://bnc.org.br, http://www.campoalegre.al.gov.br/downloads/2/licitacoes/1 bem como junto a Pregoeira e a Equipe de Apoio, pelo e-mail licitacoes.pmca@gmail.com e na Sede da Comissão Permanente de Licitação, situado a Avenida Monsenhor Hildebrando Veríssimo Guimarães, nº 002 – 1º Andar, Centro, Campo Alegre, Alagoas, no Horário de: 08:00h às 12:00h.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0319038/2025 EDITAL Nº 009/2025 MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO – ELÉTRICO, DATA DO PREGÃO: 22 de abril de 2025. HORÁRIO DO PREGÃO: 14h:00min ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 08/04/2025 a partir das 08h:30min até às 14h:00min do dia 22/04/2025
A sessão pública será realizada no site: https://bnc.org.br. Os interessados poderão obter informações nos endereços eletrônicos: https://bnc.org.br, http://www.campoalegre.al.gov.br/downloads/2/licitacoes/1 bem como junto a Pregoeira e a Equipe de Apoio, pelo e-mail licitacoes.pmca@gmail.com e na Sede da Comissão Permanente de Licitação, situado a Avenida Monsenhor Hildebrando Veríssimo Guimarães, nº 002 – 1º Andar, Centro, Campo Alegre, Alagoas, no Horário de: 08:00h às 12:00h. Campo Alegre/AL, 07 de abril de 2025. Fabiana Carneiro e Silva. Pregoeira Oficial

---

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUÍPE
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº: 04/2025

Processo Administrativo nº: 20/2025
Data e hora da sessão: 22/04/2025 às 10:00 horas da manhã.
Edital disponível em: https://bnc.org.br

A Comissão Permanente de Licitação, através do Pregoeiro designado pela portaria nº 12/2025, no uso de suas atribuições, comunica a todos sobre a realização do Pregão Eletrônico objetivando o registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos e controlados.

Tiago Feitosa da Silva
Pregoeiro

COMPANHIA DE EDIÇÃO, IMPRESSÃO E PUBLICAÇÃO DE ALAGOAS CEPAL
AVISO

Encontra-se a disposição no endereço eletrônico: www.imprensaoficial.al.gov.br/licitacoes informações sobre coleta de preços para : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EQUIPE DE APOIO ADMINISTRATIVO A SEREM EXECUTADOS NAS DEPENDÊNCIAS DA COMPANHIA DE EDIÇÃO, IMPRESSÃO E PUBLICAÇÃO DE ALAGOAS - CEPAL. (82) 3315- 8317.

Maceió, 08 de abril de 2025.
Antonio Philipe da Silva
Coordenação de Compras

F F A COSTA, inscrito no CNPJ: n° 43.305.371/0001-94, Sítio Folha Miúda, 10, zona rural, Craíbas/AL, CEP: 57320-000, torna público que está requerendo ao Instituto do Meio Ambiente - IMA/AL, a **Regularização de Licença de Operação referente a extração de Areia, localizado no Povoado Alecrim**, zona rural do município de Girau do Ponciano/AL.

A empresa **MONTE HERMON LOC**, CNPJ 48.246.154/0001-94, torna público que requereu ao IMA/AL a **Renovação da Licença de Operação nº 2023.18081422863.EXP.LOR para extração mineral de areia no Leito do rio Porangaba**, zona rural do município de Atalaia/AL.

EMILIO FABIO MARIANO SILVA (CONSTRUCENTER), CNPJ: 05.251.761/0001-30, localizado na R Vereador Olavo Mendes do Nascimento, 269, Centro, Major Isidoro/AL. CEP: 57.580-000, torna público que requereu ao Instituto do Meio Ambiente (IMA) de Alagoas, a **Renovação de Licença de Operação**, com atividade de comércio varejista de materiais hidráulicos.

AUTO POSTO HANNAH PRAIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, Inscrita no CNPJ: 12.315.636/0001-01 com ramo de atividade no comércio varejista de combustíveis, e com firma estabelecida na rua Dep. José Lages, 1245, Maceió– Alagoas torna público que requereu do Instituto do Meio Ambiente a **Renovação da Licença de Operação de acordo com as leis ambientais vigentes.**

CENTRO DE DIAGNOSTICO LABORATORIAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS LTDA, CNPJ Nº 39.600.971/0001-08, torna público que requereu à Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Palmeira dos Índios - SEMARHPI, a **RENOVAÇÃO DA LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO – LO**, para o empreendimento de nome fantasia CEDLAB, localizado na Av. Vieira de Brito, 285 – São Cristóvão, CEP: 57.601-100 - Palmeira dos Índios – AL.

POSTO MELO COMENDADOR LTDA, inscrita no CNPJ: 22.105.760/0001-04 com ramo de atividade no comércio varejista de combustíveis, situado na Av. Comendador Leão, 1178., Poço, Maceió - Alagoas torna público que requereu do Instituto do Meio Ambiente a **Renovação da Licença de Operação de acordo com as leis ambientais vigentes.**

C G DE J PEDROSA, firma estabelecida na Rodovia BR 104,KM 34,S/Nº,Roberto C.de Araújo, União dos Palmares/AL, CEP:57.800-000, inscrita no CNPJ: 35.736.818/0001-51, com ramo de atividade revenda varejista de combustíveis, torna público que requereu do instituto do meio ambiente (IMA), a **renovação da licença de operação conforme a legislação ambiental vigente.**

J J DE OLIVEIRA LIMPEZA, CNPJ: 40.678.669/0001-51, CJ HERNESTO MARANHAO, SN, Centro, MATRIZ DE CAMARAGIBE/AL torna público que requereu **ao IMA/AL** a sua Autorização Ambiental para a atividade de Transporte de Resíduo Perigoso - ATRP.

NOME DA EMPRESA: **CURVELO CONSULTORIO VETERINARIO LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 16.539.718/0001-90, situada na R VASCONCELOS DUARTE – 107, TABULEIRO DO MARTINS, Maceió - Al, 57.081-120, com ATIVIDADE PRINCIPAL: Atividades veterinárias Torna público que requereu a SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO – SEMURB, Maceió/AL, a **RENOVAÇÃO AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL, de "RENOVAÇÃO DE OPERAÇÃO"**, para o empreendimento denominado "CRIAR & CUIDAR", situada na R VASCONCELOS DUARTE – 107, TABULEIRO DO MARTINS, Maceió - Al, 57.081-120. - Foi solicitado o Plano de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos saude (PGRSS).

AURICHERLA DA G. BARROS COMERCIO DE ALIMENTOS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 42.642.452/0002-06, situada na R SAO DOMINGOS, 38, JACINTINHO - Maceió - Alagoas, 57.040-690. com ATIVIDADE PRINCIPAL: Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – supermercados e com atividade secundária Fabricação de produtos de padaria e confeitaria com predominância de produção própria, Padaria e confeitaria com predominância de revenda, Comércio varejista de carnes – açougues, Comércio varejista de bebidas e Comércio varejista de hortifrutigranjeiros. Torna público que requereu a SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO – SEMURB, Maceió/AL, a **AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL, de "REGULARIZAÇÃO DE OPERAÇÃO", para o empreendimento denominado "SUPERMERCADO COMPRA CERTA"**, situada na R SAO DOMINGOS, 38, JACINTINHO Maceió - Alagoas, 57.040-690. - Foi solicitado o Plano de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos (PGRS) e o Estudo de Capacidade Ambiental (ECA).

NOME DA EMPRESA: **ANDRADE E MENEZES LTDA. - EPP,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 35.631.621/0004-09, situada na AVENIDA NAÇÕES UNIDAS, Nº. 2.682 – LETRA A - BAIRRO: SANTA LÚCIA - MACEIO-AL – CEP Nº. 57.082-105. – com atividades de: COMÉRCIO A VAREJO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS NOVOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES. Torna público que requereu a SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO – SEMURB - Maceió/AL, a **AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL de "REGULARIZAÇÃO DE OPERAÇÃO", para o empreendimento denominado "LADEIRÃO DO ÓLEO",** situado na AVENIDA NAÇÕES UNIDAS, Nº. 2.682 – LETRA A - BAIRRO: SANTA LÚCIA - MACEIO-AL – CEP Nº. 57.082-105.. - Foi solicitado o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – (PGRS) e o Estudo de Capacidade Ambiental – (ECA).

NOME DA EMPRESA: **HIPER PÃO PANIFICAÇÃO E CONVENIÊNCIA LTDA. - ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 35.713.488/0001-89, situada na RUA SANTO ANTÔNIO, Nº. 277 – Bairro: JACINTINHO – MACEIÓ/AL – CEP Nº. 57.040-526. – com atividades de: FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE PADARIA E CONFEITARIA COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUÇÃO PRÓPRIA. Torna público que requereu a SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO – SEMURB - Maceió/AL, a **AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL de "REGULARIZAÇÃO DE OPERAÇÃO", para o empreendimento denominado "HIPER PÃO PANIFICAÇÃO E CONVENIÊNCIA"**, situada na RUA SANTO ANTÔNIO, Nº. 277 – Bairro: JACINTINHO – MACEIÓ/AL – CEP Nº. 57.040-526 – Foi solicitado o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – (PGRS) e o Estudo de Capacidade Ambiental – (ECA).

Fernando Ferreira Pinto Peixoto, inscrita no CPF: 087.707.274-49, residente na Rua Dr Adauto de Pereira 207, Edf Pallazo Sam Pietro APT 901, Farol – Maceió. Torna público que requereu ao Instituto do Meio Ambiente de Alagoas (IMA/AL), **Autorização para execução do Plano de Recuperação de Área Degradada (PRAD), referente ao imóvel denominado Fazenda Nova Vida – Balanço, no município de Flexeiras – AL.**

AUTO POSTO UNIVERSAL LTDA - EPP, inscrita no CNPJ Nº 29.982.332/0001-09, localizada na Rodovia AL 115, Nº 5437, Olho D'Água dos Cazuzinhos, Arapiraca/AL, CEP: 57.303-788, Atividade: Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores, Torna público que requereu do Instituto do Meio Ambiente IMA/AL a **RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO** de acordo com as Leis Ambientais Vigentes.

DAY RIC PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA – ME, inscrita no CNPJ: 22.441.375/0001-20, situada na Rua Doutor João Azevedo Filho, 8, Pinheiro, Maceió/AL, com atividade médica ambulatorial e laboratorial, torna público que requereu a Secretária Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB, Maceió - AL, a **Regularização da Autorização Ambiental Municipal de Operação**, do empreendimento situado no endereço supracitado. Foi solicitado ECA e PGRSS.

FP CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ Nº 41.160.680/0001-98, situada na Via Secundária 2, s/n – Quadra 5, Lote 7 – Tabuleiro dos Martins, torna público que requereu ao Instituto do Meio Ambiente - IMA, a **REGULARIZAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO** para o empreendimento denominado Usina de Produção de Concreto e/ou Argamassa localizado no Sítio Xitroá, s/n – Zona Rural – São José da Tapera/AL. Foi solicitado o EAS e PGRS.

GR AUTO PEÇAS, 51.415.349/0001-25, RUA CORONEL VICENTE RAMOS, 1552,BAIRRO:OLHO DGUA DOS CAZUZINHAS, ARAPIRACA-AL, torna público que requereu a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Município de Arapiraca - Al a **Regularização da Licença Ambiental De Operação de uma auto peça , em Arapiraca - Al.**

A empresa **MONTE HERMON LOCAÇÕES**, CNPJ 14.512.675/0001-24, torna público que requereu ao IMA/AL a **Renovação da Licença de Operação nº 2023.18081420960.EXP.LOR para extração mineral de areia no Leito do rio Paraíba**, zona rural do município de Pilar/AL.

J S MADEIRO TRANSPORTES - ME, CNPJ n.º 05.407.244/0001-07, situada na Rua Manoel Augusto de Almeida, 90, Centro, Junqueiro, Alagoas, torna público que requereu ao IMA/AL, **Licença de Operação para exploração de areia, na Fazenda Santa Flora, Sítio Alecrim Zona Rural**, Teotônio Vilela, Alagoas, de acordo com a Lei 6.787/2006.

COOPERATIVA DE COLONIZAÇÃO AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL PINDORAMA LTDA, CNPJ 12.229.753/0001-52, situada na Av. Vereador Venâncio Rocha dos Santos, S/N, Pindorama, Coruripe/Alagoas torna público que requereu ao IMA/AL a **Regularização da Licença de Operação para Uso Múltiplo da Propriedade Rural.**

JORNAL TRIBUNA INDEPENDENTE

ACESSE SUA PUBLICIDADE LEGAL COM CERTIFICAÇÃO DIGITAL ATRAVÉS DO WWW.TRIBUNAHOJE.COM

AURICHERLA DA G. BARROS COMERCIO DE ALIMENTOS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 42.642.452/0001-17, situada na Rua CAMPO VERDE, 347, VERGEL, MACEIO-AL.. com ATIVIDADE PRINCIPAL: Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – supermercados e com atividade secundária Fabricação de produtos de padaria e confeitaria com predominância de produção própria, Padaria e confeitaria com predominância de revenda, Comércio varejista de carnes – açougues, Comércio varejista de bebidas e Comércio varejista de hortifrutigranjeiros. Torna público que requereu a SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO – SEMURB, Maceió/AL, a **AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL, de "REGULARIZAÇÃO DE OPERAÇÃO", para o empreendimento denominado "SUPERMERCADO COMPRA CERTA"**, situada na Rua CAMPO VERDE, 347, VERGEL, MACEIO-AL. - Foi solicitado o Plano de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos (PGRS) e o Estudo de Capacidade Ambiental (ECA).

NOME DA EMPRESA: **FIX BRASIL MATERIAL MÉDICO E HOSPITALAR LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 03.008.369/0001-39, situada na RUA COMENDADOR ANTÔNIO FERREIRA, Nº. 38 – BAIRRO: GRUTA DE LOURDES – MACEIÓ/AL - CEP Nº. 57.052-640 – com atividades de: COMÉRCIO ATACADISTA DE INSTRUMENTOS E MATERIAIS PARA USO MÉDICO, CIRÚRGICO, HOSPITALAR E DE LABORATÓRIOS.Torna público que requereu a SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO – SEMURB- Maceió/AL, a **RENOVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL de "OPERAÇÃO", para o empreendimento denominado "FIX BRASIL MATERIAL MÉDICO E HOSPITALAR",** situada na RUA COMENDADOR ANTÔNIO FERREIRA, Nº. 38 – BAIRRO: GRUTA DE LOURDES – MACEIÓ/AL - CEP Nº. 57.052-640- Não foi solicitado Estudos Ambientais. *REPRODUZIDO POR INCORREÇÃO.

M M M MARQUES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 35.761.739/0001-09, situada na R. Dr. José Afonso de Melo, 118 - Jatiúca, Maceió - AL, 57036-510 - SALA 710, com ATIVIDADE PRINCIPAL: Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências e ATIVIDADE SECUNDÁRIA: Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos, Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares, Atividade médica ambulatorial restrita a consultas, Atividades de profissionais da área de saúde não especificadas anteriormente. Torna público que requereu a SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO – SEMURB, Maceió/AL, a **AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL, de "REGULARIZAÇÃO DE OPERAÇÃO"**, para o empreendimento denominado "MM Clinic", situada na R. Dr. José Afonso de Melo, 118 - Jatiúca, Maceió - AL, 57036-510 - SALA 710. - Foi solicitado o Plano de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos (PGRS) e o Estudo de Capacidade Ambiental (ECA).

NOME DA EMPRESA: **LABORATORIO DE DIAGNOSTICO DE ALAGOAS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o no. 05.255.912/0001-28, situada na AV PRATAGY, 113 QUADRAA-1 - BENEDITO BENTES, Maceió - Al, 57.084-092, com ATIVIDADE PRINCIPAL: Laboratórios clínicos. Torna público que requereu a SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO – SEMURB, Maceió/AL, a **RENOVAÇÃO AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL, de "RENOVAÇÃO DE OPERAÇÃO",** para o empreendimento denominado "LABOAL", situada na AV PRATAGY, 113 QUADRAA-1 - BENEDITO BENTES, Maceió - Al, 57.084-092. - Foi solicitado o Plano de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos saude (PGRSS).

MENDONÇA ENGENHARIA LTDA., inscrita no CNPJ nº 00.226.533/0001-96, situada na Rua Profa. Higia Vasconcelos, 1217 – Sala 202 – 57.035-140 – Ponta Verde – Maceió/AL. com atividade de Construção de edifícios, torna público que requereu a SEMURB, a **Autorização Ambiental de Operação, do empreendimento denominado "Edifício Residencial Ravenna"**, localizado na Rua Deputado José Lages, 781 – Ponta Verde - Maceió/AL, conforme legislação ambiental vigente.

TOP News



Elenilson Gomes
elenilsontopnews@gmail.com



Ela é uma mulher ímpar, ela é um ser humano maravilhoso, esposa apaixonada e mãe exemplar. No último dia 1º, ela recebeu homenagens dos mais variados segmentos em razão de mais um parabéns. Estamos falando da querida advogada Luiza Avelino. Este ano, ela, juntamente com seu grande amor, o renomado advogado Adriano Avelino, comemorou a data em Miami. Aproveitamos a oportunidade para parabenizar esta amiga tão querida. Que o nosso Deus sempre esteja ao seu lado te guiando e abençoando. Felicidades mil para você. Saudades!



Ele é um verdadeiro líder em nosso Estado, ele contribui muito para o desenvolvimento econômico de Alagoas. Em 2025, ele dá início a novos projetos em suas empresas. Estamos falando do estimado amigo Rafael Tenório. Parabéns, amigo, que o nosso Deus sempre esteja ao seu lado guiando e abençoando a sua jornada de sucesso. Você orgulha o empresariado alagoano. Saudades, amigo!

OVO MELHORA A COGNIÇÃO

Se há algumas décadas o ovo era visto como vilão do cardápio, atualmente ele desponta como um dos alimentos mais completos e destaca-se em estudos pelas vantagens à saúde. Um dos trabalhos mais recentes mostra que o ovo está por trás de impactos positivos na memória, especialmente entre mulheres. Entre os resultados do trabalho, observou-se um menor declínio na fluência verbal ao longo dos anos entre as mulheres que consumiam ovo. Elas tinham melhor capacidade de nomear categorias de itens, como animais, em comparação com as que não apreciavam o ingrediente.

MOMENTO ZENA

Olfato e bem-estar caminham juntos. No ZenaSpa, localizado dentro do Ritz Lagoa da Anta e Ritz Barra de São Miguel, a aromaterapia é personalizada para atender às suas necessidades, transformando cada momento em uma experiência única. Agende o seu MomentoZena: (82) 99317-9317.

FOUR SEASONS COM SYSTEM TOURS

Se você busca uma experiência incomparável, a rede de hotéis Four Seasons é sinônimo de sofisticação, conforto e serviço personalizado. Ela está presente nos destinos mais desejados do mundo, e seus hotéis combinam uma arquitetura surreal com gastronomia de alto padrão e um atendimento exclusivo. Você pode escolher entre se hospedar em uma praia paradisíaca, em uma cidade romântica ou em uma grande metrópole. Já se imaginou em um Four Seasons? Entre em contato com a System Tours para escolher seu destino e planejar a viagem dos sonhos. Telefones: 82 3214-3090 | 99981-1607.

CONVERSE E SWAROVSKI

Em parceria com a Swarovski, a Converse anuncia um novo modelo do Run Star Trainer, que agora chega adornado com cristais da marca, unindo conforto, sofisticação e uma dose ainda mais fashionista em um dos clássicos da grife de tênis. A novidade chega no e-commerce, loja própria da marca no Shopping Cidade de São Paulo, na Avenida Paulista, e em pontos de venda selecionados.

MIXED NA CASA MOA

A coleção de outono 2025 da grife brasileira Mixed apostou em tons terrosos e peças fluidas. A coleção foi inspirada na natureza e na relação entre moda e o ambiente. Para conferir as principais apostas da marca para esta estação, convidamos as nossas amigas para visitar a Casa Moa, loja comandada pelas empresárias Andréa e Moacira Cunha, localizada na Deputado José Lages, Ponta Verde. Vale a pena conferir!





Eles são empresários de sucesso, eles fazem parte de duas gerações em nossa sociedade. Estamos falando da empresária Ana Dória, em companhia do seu filho, o advogado e empresário Henrique Dória, dois amigos queridos, comunicam que a Dry Clean Ponta Verde, localizada em frente ao Unicompra do bairro, está com mais um ponto de coleta na Av. Deputado José Lages, 210, Ponta Verde. Assim, você terá mais uma opção para deixar a sua roupa. A DryClean é referência quando falamos em lavagem de roupa com qualidade e pontualidade. Parabéns, amigos!

TENDÊNCIA FRANKENSTEIN

Se a moda achava que a tendências das sapatilhas e laços havia ficado em 2024, é melhor olhar duas vezes. Afinal, elas podem estar misturadas em uma nova roupagem, mais street, e mais próxima ao do mundo dos tênis. Essa mistura inusitada já tem até nome: "sneakerina", a mistura dos sneakers com as sapatilhas de bailarinas - e que consagra mais um modelo à la Frankenstein na moda, quando dois modelos se unem em uma formação inusitada que ganha as passarelas e os "looks do dia".

